

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Prevenção da Delinquência Juvenil em Cabo Verde**  
**Contributo para o Desenho de um Instrumento de Política Pública**

**Rutyneia Pereira Tavares**

Trabalho de Projecto submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Administração Pública

**Orientador**

Doutor Sérgio Vital Braz Caramelo, Professor Auxiliar  
ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

**Co-Orientador**

Doutor Fausto José Robalo Amaro, Professor Catedrático  
ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Outubro, 2012





Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Prevenção da Delinquência Juvenil em Cabo Verde**  
**Contributo para o Desenho de um Instrumento de Política Pública**

**Rutyneia Pereira Tavares**

Trabalho de Projecto submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Administração Pública

**Orientador**  
Doutor Sérgio Vital Braz Caramelo, Professor Auxiliar  
ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

**Co-Orientador**  
Doutor Fausto José Robalo Amaro, Professor Catedrático  
ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Outubro, 2012

“Prevenir e sensibilizar para melhor combater a delinquência juvenil”

Adérito Semedo - Associação *Black*

*Panthers*, Cabo Verde.

## **Agradecimentos**

A concretização deste trabalho de projecto nunca seria possível sem o auxílio precioso de inúmeras personalidades e organismos. Desejo expressar os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que me apoiaram ao longo deste trabalho.

Em primeiro lugar a Deus, pela fé, força e encorajamento na busca constante do conhecimento para a realização deste trabalho.

Meu orientador, Doutor Sérgio Caramelo, por quem sustento profunda admiração, foi, como sempre, muito intrépido e assumiu com determinação o seu papel de orientador num tema que até então estava longe dos seus horizontes académicos.

Ao meu co-orientador, Doutor Fausto Amaro, com o qual foi um privilégio trabalhar, cujo acompanhamento, apoio e incentivo foram vitais para a concretização deste trabalho.

Aos colegas do Mestrado, principalmente a Zileinita Andrade e Jorge Capita pelo companheirismo, estímulo e incentivo.

Ao Professor Doutor Juan Mozzicafreddo, coordenador do Mestrado em Administração Pública, pelo estímulo intelectual, sabedoria e exigência.

Em especial, agradeço os meus familiares (Deolinda Pereira, Geraldo Tavares e Eliazer Neves) e amigas de longa caminhada (Ciomara Alves, Auxilia Graça, Vanderleia Monteiro e Karine Brito) e em particular a Daniel David Soares, pelo apoio, paciência e força moral incessante que me deu ao longo de todo este tempo.

Enfim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que hoje concluísse esta etapa da minha formação.

## **Resumo**

A modernização dos serviços públicos, como resposta às exigências de resultados (eficácia), redução de custos, melhor qualidade de serviço e de adequação às necessidades e expectativas da sociedade, tem estado desde das últimas décadas do século passado, na agenda dos governos de praticamente todos os países. De igual forma, também na área da segurança pública, o advento do fenómeno da delinquência juvenil, tem colocado novas exigências de qualidade e rigor (incluindo nos seus serviços administrativos) que requerem uma resposta plena.

Partindo dessas duas premissas, pretende-se dar um contributo para prevenção da delinquência juvenil em Cabo Verde. Aqui destaca-se a introdução da teoria da mudança, método através do qual serão apresentados os caminhos a percorrer para melhorar a segurança pública e diminuir o fenómeno da delinquência na cidade da Praia. Através deste mecanismo procura-se ainda problematizar valores fundamentais na prevenção da delinquência juvenil e ser um contributo para o desenho de um instrumento de política pública nesta área.

**Palavras-chave:** Reforma do Estado, Teorias Explicativas da Delinquência, Teoria da Mudança, Prevenção, Jovem Infractor.

## **Abstract**

The modernization of public services, in response to demands for results (efficiency), cost reduction, improved service quality and appropriateness to the needs and expectations of society has been since the last decades of the last century, the agenda of governments of virtually all countries. Similarly, also in the area of public safety, the advent of juvenile delinquency, has placed new demands of quality and rigor (including in its administrative services) that require a full response.

From these two premises, it is intended to contribute to the prevention of juvenile delinquency in Cape Verde. Here we highlight the introduction of the theory of change, the method through which we will present the ways to go to improve public safety and reduce delinquency in Praia. Through this mechanism seeks to further discuss core values in the prevention of juvenile delinquency and be a contribution to the design of an instrument of public policy in this area.

**Keywords:** State Reform, Explanatory theories of delinquency, Theory of Change, Prevention, Young Offender.

## Índice

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>METODOLOGIA</b> .....	5
<b>CAPÍTULO I – REFORMA DO ESTADO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</b> .....	9
1. Reforma e transformação do Estado .....	10
1.1 Crise do Estado Providência.....	13
2. Reforma e Modernização da Administração Pública .....	17
3. Modelo Burocrático.....	23
4. Reforma do Estado em Cabo Verde .....	27
<b>CAPÍTULO II – MODELOS TEÓRICOS EXPLICATIVOS DA DELINQUÊNCIA JUVENIL</b> .....	31
1. Enquadramento Teórico .....	31
2. Teorias Explicativas da Delinquência Juvenil .....	33
2.1 Teoria da Anomia.....	34
2.2 Teoria da Associação Diferencial .....	36
2.3 Teoria do Vidro Partido .....	37
2.4 Teoria do Controle Social .....	39
2.5 Teoria da Rotulagem .....	41
2.6 Teoria da Subcultura Delinquente.....	43
2.7 Teoria da Desorganização Social .....	45
<b>CAPÍTULO III - JUVENTUDE E DELINQUÊNCIA NA SOCIEDADE CABO – VERDIANA</b> .....	49
1. Caracterização da Cidade da Praia .....	49
2. Criminalidade na Cidade da Praia .....	50
2.1 Teorias Explicativas e a Criminalidade na Cidade da Praia.....	57
3. Programas de Prevenção da Delinquência Juvenil.....	59
<b>CAPÍTULO IV-CONTRIBUTO PARA O DESENHO DE UM INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA</b> .....	63
1. Desenho do Modelo da Teoria da Mudança.....	63
<b>CONCLUSÃO</b> .....	69
<b>FONTES</b> .....	73
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	73

## ANEXOS:

Anexo A – Dados Estatísticos

Anexo B – Guião de Entrevistas

## Índice de figuras

Figura 1.3 .....	51
Figura 2.3 .....	52
Figura 3.3 .....	53
Figura 4.3 .....	54
Figura 1.4 .....	63



## INTRODUÇÃO

Em Cabo Verde, os problemas decorrentes da delinquência entre os jovens, estão cada vez mais na ordem do dia. Não se pode esquecer, por exemplo, a ênfase dada pelos meios de comunicação aos assaltos contra estabelecimentos comerciais ou pessoas individuais. A prática de actos de vandalismo é atribuída, sobretudo, aos jovens e aos residentes dos bairros degradados e costuma ser explicado pelo uso excessivo que estes indivíduos fazem de bebidas alcoólicas e drogas. Estes fenómenos ocorrem um pouco por toda parte em Cabo Verde e suscitam, junto das populações, sentimentos de medo, angústia e insegurança, obrigando as autoridades competentes a adoptarem medidas repressivas que se traduzem, geralmente pelo reforço dos agentes policíacos.

O objectivo central deste trabalho de projecto consiste na elaboração de um contributo para o desenho de um instrumento de política pública direccionada a prevenção da delinquência juvenil na cidade da Praia. Contudo, são considerados objectivos específicos do trabalho, os seguintes:

- I. Explicar a génese da delinquência juvenil segundo alguns modelos teóricos explicativos do fenómeno;
- II. Conhecer as causas e o peso da delinquência juvenil na cidade da Praia;
- III. Analisar os dados relativos a questão da criminalidade juvenil na cidade da Praia;

A escolha do tema delinquência juvenil deriva sobretudo da preocupação em encontrar formas eficazes de prevenção deste fenómeno no concelho da Praia em particular. Com este trabalho, procuro não só identificar as causas que direccionam os jovens para o mundo da delinquência, bem como architectar medidas que consigam combater este fenómeno de forma eficaz e duradoura.

As manifestações de comportamentos agressivos e violentos por parte dos jovens têm sido uma constante nas sociedades actuais e sobretudo em Cabo Verde. Estes comportamentos são definidos consoante o espaço e a cultura, uma vez que não existe um consenso sobre a sua definição. Procuro também, com este trabalho conhecer melhor a realidade diária destes jovens, as suas práticas, as suas orientações ideológicas e as suas motivações, através da realização de entrevistas.

Procurando analisar estes pontos, optei por dividir este trabalho em quatro capítulos. No capítulo I, apresentarei as questões relacionadas com o Estado e a administração pública. O objectivo deste capítulo consiste em analisar as evoluções e transformações ocorridas no Estado e na Administração pública. Apesar do seu sentido vago e ambíguo, a modernização

do Estado tem uma característica relevante para esta análise: a ênfase na multidimensionalidade do desenvolvimento da sociedade ou a assunção de inter-relações causais entre o crescimento económico e populacional, mobilização social e psíquica, o desenvolvimento político, mudança cultural e a transformação da ordem económica e política internacional.

Da análise da história é fácil concluir que o Estado é uma realidade em permanente mutação, com inúmeras particularidades no espaço e no tempo. Quanto à reforma da administração pública iniciou-se, debruçando sobre as situações de carácter intra-organizacionais, dando agora mais ênfase as questões inter-organizacionais. Este processo de reforma visa a criação de modelos cada vez mais eficientes para o desenvolvimento e crescimento da administração pública.

No capítulo II, pretendo dar à conhecer os conceitos relacionados com a criminalidade juvenil, as suas causas, consequências e a reacção social. Procurando fazer uma reflexão prévia em torno da delinquência juvenil, e muito em particular, do modo como esta tem sido entendida ao longo dos últimos séculos. A sociologia começou, há muito tempo, a investigar e a sistematizar o conhecimento a nível da matéria da delinquência. Desta forma, considero de todo importante expor alguns modelos teóricos que, nos últimos anos, têm dado conta da problemática da delinquência juvenil.

O capítulo III é dedicado à questão da delinquência juvenil na cidade da Praia, já que é sobre ela que o trabalho incide. Em Cabo Verde, a delinquência juvenil não era uma questão preocupante, até finais da década de noventa e inícios do ano 2000. Contudo, tornou-se num tema frequente de inúmeras notícias e crónicas jornalísticas, tendo alterado alguns hábitos sociais e a percepção de segurança dos cabo-verdianos, em particular dos residentes na capital do país, cidade da Praia. A violência relacionada com os *thugs*<sup>1</sup>, o tráfico de droga e o crescente sentimento generalizado de insegurança estão no topo dos problemas que afectam os residentes da cidade da Praia. Estes são problemas relevantes, pelo que torna-se imprescindível uma acção rápida e eficaz do governo e da sociedade em relação aos mesmos.

No capítulo IV, será apresentado um contributo para o desenho de um instrumento de política pública direccionada a prevenção da delinquência juvenil na cidade da Praia. Este contributo consiste no desenho do modelo da teoria da mudança, com a identificação da problemática, objectivo a longo prazo e as pré-condições necessárias a resolução do

---

<sup>1</sup> Grupos de jovens delinquentes.

problema. A finalidade deste capítulo é contribuir através da elaboração da teoria da mudança para a diminuição da violência juvenil na cidade da Praia.

Este trabalho será de grande relevância para o país, tendo em conta que o objectivo principal é contribuir para o aumento da segurança pública e a diminuição da alta taxa de delinquência juvenil. Partindo do pressuposto que o trabalho tem um carácter meramente académico, poderá vir a ser utilizado futuramente para o desenho de uma política pública para a prevenção da delinquência juvenil na cidade da Praia.



## **METODOLOGIA**

Os métodos e técnicas utilizadas neste trabalho de projecto resultam de um cruzamento que permitisse ter os jovens como objecto central dada a diversidade de aspectos implicados na pesquisa: perceber por que motivo os jovens praticam os actos delinquentes e dar um contributo para uma prevenção eficaz do fenómeno da delinquência juvenil na sociedade Praiense. Para tal foi utilizado três tipos de métodos de pesquisa neste trabalho, que são: análise documental, entrevista e teoria da mudança.

A análise documental, que segundo Carmo e Ferreira (1998) é um processo que envolve selecção, tratamento e interpretação da informação existente em documentos (escrito, áudio ou vídeo). A pesquisa documental apresenta-se como um método de recolha e de verificação de dados já existentes sobre o assunto em estudo.

No início da pesquisa documental foi necessário proceder a uma recolha e sistematização de todos os documentos escritos, tais como, bibliografias existentes sobre a questão da delinquência juvenil, estudos/ investigação realizadas neste campo, dados estatísticos fornecidos pela policia nacional da cidade da Praia, para depois serem analisados e transcritos para o trabalho.

Outro método utilizado no decorrer deste trabalho de projecto, são as entrevistas individuais estruturadas. Segundo Santiago (2001) a entrevista é o meio de levar os actores a dizer o que pensam, o que viveram ou vivem e o que observam ou testemunham. De acordo com Foddy (1996), a entrevista é essencialmente uma técnica de recolha de dados qualitativos em que o entrevistador dirige a interacção e investigação de uma forma muito estruturada ou não, de acordo com a sua finalidade.

O tipo de entrevista utilizada na realização deste trabalho foi a entrevista estruturada, que na perspectiva de Bell (1997), pode assumir a forma de um questionário ou lista de verificação (que é preenchida pelo entrevistador). Os tipos de perguntas que geralmente são utilizados neste tipo de entrevista são: (i) curtas e específicas; (ii) as pré-definidas no questionário; (iii) perguntas na ordem idêntica.

Foram recolhidos dados qualitativos, por meio de formulação de entrevistas individuais estruturadas, com perguntas pré-elaboradas, as quais foram respondidas pelos jovens com menos de 27 anos e pelos responsáveis das instituições (Acrides, Associação Black Panthers, Centro de Juventude, Departamento de Reinserção social, Polícia Nacional) que trabalham diariamente com os jovens considerados delinquentes. As entrevistas às

instituições foram realizadas no próprio centro onde são desenvolvidas as actividades diárias, semanais ou mensais com os jovens, com uma marcação antecipada.

No total foram realizadas 35 entrevistas, 10 dos quais foram realizados aos jovens delinquentes que já foram julgados, 20 foram realizadas a jovens reclusos da Cadeia Civil de São Martinho (situado na ilha de Santiago), residentes no concelho da Praia (com idade compreendida entre os 16 e os 27 anos<sup>2</sup>) e 5 delas às instituições anteriormente mencionados. O processo de entrevistas com os reclusos seguiu o seguinte trâmite, numa primeira fase foi efectuado um pedido por escrito ao departamento dos serviços penitenciários e de reinserção social, que posteriormente autorizou a entrevista aos jovens.

A teoria da mudança<sup>3</sup> é o último método utilizado neste trabalho de projecto. Esta teoria é uma ferramenta útil para a identificação de soluções para problemas sociais complexos, na medida em que:

- I. Pode ser utilizado por uma comunidade para pensar de forma crítica sobre a mudança social;
- II. Cria uma ilustração facilmente perceptível das várias peças, movimentos e interacções que têm que ocorrer para alcançar a mudança ambicionada;
- III. Constitui um veículo para os diversos agentes se concentrarem ao nível de objectivos comuns de longo prazo e respectivos mecanismos para a sua concretização.

Na sua forma mais básica a teoria da mudança explica como um conjunto de actividades prévias pode gerar condições necessárias para a identificação de resultados a longo prazo, enquanto na sua forma mais complexa, permite a identificação e articulação entre os pressupostos a partir dos quais a mudança irá ocorrer, especificando o modo como os resultados serão obtidos ao longo do tempo, bem como as formas a utilizar para documentar todo o processo de mudança (Anderson, A. 2004).

Os componentes da teoria da mudança são:

1. Caminho da mudança - é um mapa que ilustra, por um lado, as relações entre as intervenções e as pré-condições necessárias para a concretização dos objectivos de longo

---

<sup>2</sup> A escolha dos jovens com idade inferior aos 27 está relacionada com as questões teóricas anteriormente analisadas neste âmbito, em que são considerados jovens todos os indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 29 anos de idade, segundo Oerter e Dreher (2002).

<sup>3</sup> A teoria da mudança utilizada neste trabalho está baseado no modelo de Anderson, A.A. (2004), *The community builder's approach to Theory of change: a practical guide to Theory development*, New York, The aspen Institute.

prazo e, por outro, a forma como as pré-condições se relacionam umas com as outras ao longo do período de tempo considerado;

2. Objectivo de longo prazo - os objectivos de longo prazo devem dar resposta completa aos problemas/necessidades identificados e a sua formulação deve ser clara e objectiva, evitando igualmente a tentação de incluir objectivos demasiados amplos/ambiciosos ou difusos.
3. Pré-condição – uma pré-condição será aquilo que se considere imprescindível para a concretização do objectivo de longo prazo, ou seja, se for excluída alguma das pré-condições presentes no caminho da mudança o objectivo já não será alcançado.
4. Intervenção – são as acções (*inputs*) que provocarão o processo de mudança e constituem, como tal, o ponto de partida de todo o processo. As intervenções podem ser mais simples ou complexas consoante os casos, no entanto deverão corresponder a uma só linha de pré-condição.
5. Pressupostos - explicam, por um lado, as relações entre as diversas pré-condições e a forma como estas contribuem para a concretização dos objectivos e, por outro, os processos a partir dos quais as intervenções desencadearão as respectivas pré-condições. Embora os pressupostos possam estar suportados somente na convicção dos agentes é comum (e conveniente) que estes sejam também sustentados em conhecimento científico de casos de sucesso/boas-práticas.

Ainda no contexto da elaboração da teoria da mudança foi realizado o Fórum da Segurança Pública em Cabo Verde, que serviu de base para o desenho do modelo exposto no último capítulo do trabalho. O fórum foi organizado pela Câmara Municipal da cidade da Praia, nos dias 19 e 20 de Março de 2012, contou com a presença ilustre de representantes de vários países nomeadamente, Luxemburgo<sup>4</sup>, Portugal, França etc. Durante os dois dias, foram discutidas várias estratégias de combate a criminalidade em Cabo Verde.

---

<sup>4</sup> Os participantes no fórum foram: representantes da Câmara Municipal da cidade da Praia, Comandante da Polícia Judiciária da Cidade da Praia, Subintendente da Polícia Municipal de Lisboa, Vice-chefe da Polícia de Rotterdam, representante da Polícia da França (Orleans), representante da Câmara Municipal de Oeiras, Comissário e Subcomissário da Polícia Nacional

O essencial da teoria da mudança é que as definições das intervenções são determinadas segundo uma abordagem conjunta e participada, ou seja, foram desenvolvidas de forma participativa, com o envolvimento dos agentes com competências, responsabilidades e interesses nesta área.

A teoria da mudança como já foi anteriormente explicado é uma ferramenta utilizada, neste trabalho, para a identificação de soluções para o problema social em estudo, na medida em que poderá ser utilizado pela comunidade concelhia da Praia para pensar de forma crítica sobre a mudança social.

Esta abordagem estratégica será direccionada a toda a população da Praia, principalmente para os jovens delinquentes à luz da lei, cuja finalidade principal será a diminuição da alta taxa de delinquência juvenil.



## **CAPÍTULO I – MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E REFORMA ADMINISTRATIVA**

Antes de se proceder à apresentação e discussão do presente trabalho de projecto torna-se necessário atender a um enquadramento analítico em torno das estratégias de modernização e reforma da administração pública e do Estado. As funções do Estado e, conseqüentemente, da administração pública, têm sido alvo de inúmeras transformações e adaptação às evoluções da sociedade. A complexa evolução e transformação ocorridas têm acentuado o debate em torno das principais funções que o Estado deve, efectivamente, exercer e, dos custos fiscais e orçamentais que essas funções implicam. Nos últimos anos o Estado tem sido considerado grande demais para resolver os pequenos problemas e demasiado pequeno para resolver grandes problemas e é neste contexto que se verifica a necessidade de uma modernização nas suas funções. Segundo Secchi (2009), desde os anos 1980, as administrações públicas em geral têm realizado mudanças nas suas políticas de gestão pública e no desenho de organizações programáticas. “Essas reformas administrativas consolidam novos discursos e práticas derivadas do sector privado e os usam como *benchmark* para organizações públicas em todas as esferas do governo” (Secchi, 2009, pp. 348).

A reforma da administração partirá certamente de boa parte do diagnóstico e de algumas soluções apresentadas pela nova gestão pública. Porém a necessidade de transformar a administração pública numa gestão mais profissional, eficiente, flexível e sensível à mudança, deverá ocorrer dentro do contexto de uma administração pública democrática, sendo muito diferente da ideia de um Estado mínimo e de uma redução da esfera pública (Araújo, 2000). Segundo o autor o movimento de reforma administrativa tem sido influenciado por várias abordagens, cada um destacando questões importantes para as organizações públicas. O processo de reforma da administração pública integra pois um sistema de mudança, designado a regular as estruturas e o funcionamento administrativo, em simultaneidade com as tensões do meio político e social, superando as clivagens e escassez de comunicação nas relações entre os cidadãos e a administração do Estado (Rocha, 2001).

Inúmeros foram os elementos que contribuíram para a modernização administrativa, tais como: a crise fiscal do Estado; a crescente competição territorial pelos investimentos privados e mão-de-obra qualificada; a disponibilidade de novos conhecimentos organizacionais e tecnológicos; a ascensão de valores pluralistas e neoliberais e a crescente complexidade dinâmica e diversidade das sociedades (Secchi, 2009). Segundo o autor no velho continente, o processo de europeização também desempenhou um papel relevante no impulso à adopção de novos modelos organizacionais à revisão das políticas de gestão pública

nos níveis nacionais, regionais e municipais. O modelo burocrático tornou-se alvo de inúmeras críticas.

## **1. REFORMA E TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO**

No início do século XXI, o papel do Estado foi posto em causa. Este terá como causa principal, embora não única, o processo de globalização, que teve como principais motores a mundialização da economia e o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação. Com o processo de globalização, os Estados contemporâneos foram confrontados com a multiplicidade complexa de exigências, o que provocou uma quebra da capacidade governativa, bem como a fragilização das instituições e a deslegitimação da respectiva autoridade. Neste contexto, que continua a evoluir, o principal desafio que se coloca aos Estados é descobrir novas formas de conciliar as conquistas históricas do Estado democrático com as abordagens à modernização da administração pública.

A reforma do Estado, entendido como um complexo processo de transformação das estruturas políticas, sociais, económicas e administrativas, tem surgido como o tema central da agenda política. Esse processo teve a sua origem quando o modelo de Estado estruturado pelos países desenvolvidos no pós-guerra entrou em crise no final da década setenta. Este modelo que se primava por estar presente em todas as faces da vida social, contribuiu para modificar e desgastar significativamente suas relações com a sociedade civil e com as suas instituições. A resposta para esse problema, em princípio, foi a adopção de um modelo neoliberal-conservador. As políticas propostas na década de oitenta, em consequência da necessidade de reformar o Estado, restabelecer seu equilíbrio fiscal, e equilibrar o balanço de pagamentos dos países em crise, foram orientados com a única preocupação: reduzir o tamanho do Estado e viabilizar o predomínio total do mercado. Segundo Martins (2001), a reforma do Estado tem como objectivo, conceber as condições apropriadas para a qualificação da gestão pública e para a coordenação estratégica da descentralização da administração pública e das políticas territoriais e garantir uma efectiva coordenação regional das políticas públicas.

Houve tempos em que o Estado era considerado como recurso para a mudança social, igualdade e desenvolvimento económico, para além do seu papel na prevenção de problemas, de doenças, de incêndios, de inspecção de alimentos para prevenir a doença. O aumento da prestação de serviços foi desviando a atenção e o esforço do Estado da prevenção para a resolução dos problemas, o que fará aumentar a “máquina”, com o apoio dos políticos para quem a resolução de situações de crise se torna muito mais aprazível pela magnificência,

pela notícia, em oposição à prevenção que é muito mais silenciosa. Actualmente, o Estado é citado como a causa dos problemas da sociedade e não a solução. Segundo Peters (2001), de forma simplificada pode-se dizer que o modo de encarar o papel do Estado tem sofrido alterações significativas nos últimos anos face a visão tradicional do Estado caracterizada da seguinte forma:

- a) Estado no centro: o grau de intervenção do Estado nos mercados altera a estrutura da posse da indústria, redistribui riqueza entre diferentes actores sociais, expandindo ou restringindo os seus serviços como uma questão de opção política;
- b) Isolamento e homogeneidade institucional: o Estado é um conjunto de instituições poderosas que podem ser usadas para reforçar a vontade política dos eleitores;
- c) Superioridade e soberania do Estado: o Estado é visto como soberano, ou seja, os seus poderes e capacidades são absolutos em vez de relativos, contextuais e negociáveis. O Estado tem muitas interações com a sociedade que o rodeia mas conduz essas interações segundo as suas regras.

A transformação do Estado, ou a sua adaptação porque intencional, implica transição do Estado que produz para um Estado dinamizador, ajustado em quatro objectivos: (i) nova repartição das responsabilidades entre o Estado e a sociedade: implica que há muitas responsabilidades, até agora entendidas como públicas, que não têm de ser necessariamente asseguradas pelos próprios instrumentos do Estado; (ii) parceria de responsabilidades dos cidadãos: envolvimento dos cidadãos é reforçado e a transparência da administração melhorada; (iii) diversos níveis de governação têm que cooperar mais estreitamente: por exemplo, a nível administrativo municipal tem de obedecer aos princípios da subsidiariedade, reforçando-se a auto-responsabilidade do nível administrativo mais baixo; (iv) renovação das estruturas administrativas interna: eficiência é o objectivo (Antunes, 2007, pp.403).

O Estado Moderno iniciou a sua transformação no princípio da Idade Moderna (séculos XV e XVI) com o desenvolvimento da economia mercantil de base monetária (que destruiu as raízes feudais, libertando as sociedades políticas do domínio clerical), a concentração da autoridade nas mãos do príncipe e o despertar da consciência nacional. A partir do século XVII na Inglaterra e do século XVIII no continente europeu, o pensamento liberal conduziu à formação de um novo tipo de Estado, o Estado de Direito, moldado sobre os direitos individuais naturais (liberdade, segurança e propriedade) e subordinado a normas jurídicas. No século XIX predominaram as concepções liberais, que defendiam um Estado responsável pela ordem, segurança interna e a protecção contra agressões externas, deixando que as relações sociais se moldassem através do mercado, não intervindo na esfera privada.

Para o liberalismo, cujo principal defensor foi Adam Smith, o papel do Estado resume-se apenas a assegurar as condições necessárias ao bom funcionamento do mercado (sector privado), privilegiando um sistema socioeconómico assente na economia e na livre concorrência. De acordo com esta concepção, a reduzida intervenção do Estado é duplamente justificada pela sua não vocação para actividades económicas bem como pela certeza que o sistema de mercado em concorrência constitui uma forma mais eficiente de recursos.

Nos finais dos séculos XIX deram-se os primeiros passos na produção de legislação social, primeiro na Alemanha e mais tarde em França, através do estabelecimento de legislação sobre responsabilidade dos acidentes de trabalho, que veio moldar o novo tipo de Estado, o Estado providência ou *Welfare State*. Para seus defensores, como John Keynes, os mercados competitivos constituem um importante mecanismo na afectação eficiente dos recursos pela troca de informação entre agentes económicos, via sistema de preços. Devido a desigualdade existente na distribuição do rendimento e da riqueza, viu-se a necessidade do Estado intervir na economia para garantir o equilíbrio e assegurar uma sociedade mais justa. Este modelo de Estado teve o seu auge no início do século XX, entre 1903 e 1929, nas principais sociedades industrializadas, com a implementação de esquemas de segurança social (seguros de acidentes de trabalho, de desemprego, de doença, de velhice e invalidez). No final dos anos 70, com o surgimento de diversos problemas, iniciou-se o processo de reforma do Estado de forma a responder as necessidades dos cidadãos nas sociedades modernas.

Com a reforma administrativa e o surgimento de novos modelos de gestão pública, verificou-se a necessidade de redução do papel do Estado no mercado. O Estado não foi capaz de melhorar a qualidade e produtividade dos serviços que presta e não tem respondido de forma apropriada às solicitações de um sistema económico e social em transformação. Tal como na generalidade dos países, a reforma do Estado teve como objectivo: aproximar a administração pública do cidadão; melhorar a prestação de serviço público e desburocratizar.

Reformar implica, determinar, numa primeira fase a organização do Estado, quais as funções que lhe estão destinadas, qual o papel por ele desempenhado. Torna-se, pois, fundamental delimitar as funções que só o Estado tem competência para desempenhar, e das quais não se pode abdicar, e aquelas que podem ser desenvolvidas por outras entidades de um modo mais eficaz. Uma autêntica reforma exige que, por um lado, se faça a distinção entre as entidades que desempenham as funções estratégicas e as entidades que desempenham funções de apoio, e por outro lado, dentro de cada entidade, a identificação das actividades que contribuem directamente para a missão e aquelas que só indirectamente lhe dizem respeito.

Em síntese o Estado passou a partilhar o seu poder e actua em parceria com outros interlocutores, mantendo a posição central apenas para coordenar as actividades de diferentes actores entre os quais a distribuição do poder é dinâmica e que se influenciam reciprocamente, num conjunto híbrido de fluxos e redes em que se combinam elementos estatais, não estatais, nacionais e globais. Reformar para melhor servir a sociedade.

## **1.1 CRISE DO ESTADO PROVIDÊNCIA**

O Estado providência surgiu na Europa, em resultado de um processo de experimentação institucional e de transformação política. Esse processo foi iniciado nos meados do século XIX, com o surgimento dos ideais liberais associados com o paternalismo conservador, e terminou com o estabelecimento de uma segurança social uniformizada em quase todos os países no final dos anos 20 (Ferrera et al 2000). “A partir da segunda Guerra Mundial, a par da democracia liberal e da economia de mercado, a protecção social veio impor-se gradualmente como componente fundamental do modelo europeu de sociedade, fornecendo uma base sólida a valores largamente partilhados de justiça social e de igualdade, de segurança e liberdades positivas” (Ferrera et al, 2000, pp. 99).

O desenvolvimento do Estado providência aparece juntamente, e como um dos principais fenómenos, com a sociedade industrial e a democracia de massas: nesse sentido, o Estado providência é caracterizado como sendo um fenómeno geral da modernização, como um produto, por um lado, da crescente diferenciação, desenvolvimento e extensão das sociedades e, por outro, como um processo de mobilização social e política (Flora e Alber, 1984). Na óptica de Esping-Andersen (2002), o Estado providência procurou sempre promover os seus planos com vista a uma boa gestão social, sendo que a sociedade encontrava-se numa época de constante revolução comportamental e de regime. Este modelo de Estado contribuiu fortemente para o desenvolvimento de inúmeros conceitos, tais como, a igualdade social, o desenvolvimento do ensino e o progresso do bem-estar da população, contribuiu também de igual modo, para a actual configuração das sociedades (Mozzicafreddo, 2000).

Com a passagem de modelo estatal predominantemente administrativo, cujas funções se prendiam sobretudo com os direitos civis e políticos, para um modelo mais interventivo, o Estado providência, é alvo de diferentes interpretações (Silva, 1997). Esping-Andersen (1990) citado por Silva (1997) defende que dois tipos de abordagens têm caracterizado o estudo sobre o surgimento do Estado providência: uma que se centra nas estruturas e nos sistemas e

outra associado nas instituições e nos actores. A primeira abordagem procura captar a lógica de desenvolvimento do Estado providência de forma simples, ou seja, os modelos estatais vão evoluindo de forma a darem respostas funcionais aos requisitos necessários à reprodução da sociedade e da economia.

Esta abordagem é ainda distinguida pelo autor em três tipos de variantes. A primeira variante defende que o processo de industrialização tornou as políticas sociais não só necessárias, como possíveis: necessários porque os modos de reprodução pré-modernos e pré-industriais, como a família, a Igreja e a nobreza foram destruídos pelas forças da modernização-mobilidade social, urbanização, individualismo e dependência face ao mercado. A segunda variante sustenta que o surgimento do Estado providência foi possível devido ao crescimento da burocracia enquanto forma de organização racional e de gestão de bens colectivos, mas também enquanto centro de poder com propensão para se reproduzir promovendo o seu próprio crescimento.

A terceira variante alega que o Estado providência é um produto do modo de produção capitalista que é inevitável, na medida em que a acumulação capitalista cria contradições que requerem uma intervenção política autónoma. Neste sentido, o Estado providência quase não precisou de ser reivindicado por parte dos actores políticos, já que as necessidades do capital auto-regulam as formas estatais mais lógicas com a sua reprodução. A segunda abordagem defendida pelo autor, que se centra nas instituições e nos actores, sustenta que a defesa inflexível dos mercados face à intromissão da política, isto é, a total liberalização das relações no mercado, por implicar um isolamento da esfera económica face a esfera social e às instituições políticas, coloca em risco a própria sociedade. Sendo assim as políticas sociais são uma pré-condição necessária para reintegração social da economia. Segundo Silva (1997), Esping-Andersen propõem uma terceira abordagem, relacionada com as classes sociais, mais concretamente as coligações entre classes, foram os principais agentes da mudança das formas e tiveram um efeito directo na alteração das práticas distributivas. É de grande relevância, o papel desempenhado pelas coligações entre classes para a estruturação do modelo de Estado providência, bem como para o estabelecimento de diferentes regimes dentro deste.

A base institucional do Estado providência, na sua vertente de direitos sociais, não se desenvolveu de forma simples e continua. É somente no início do século XX que se instituem nas sociedades industrializadas da Europa, embora com um carácter elementar, os primeiros esquemas de segurança social, nomeadamente, seguros de acidentes de trabalho, seguros de doença, seguros de velhice-invalidéz e seguros de desemprego, que estariam na génese deste modelo político (Mozzicafreddo, 1994). O impulso decisivo para a estruturação do Estado

providência verificou-se com *New Deal* nos Estados Unidos da América, enquanto tentativa de responder à forte depressão dos anos trinta. Segundo Silva (1997) importante é referir que foi com o programa económico levado a cabo pelo Presidente Roosevelt que se equaciona o Estado como tendo uma função a desempenhar enquanto regulador da actividade económica, com o objectivo de estabilizar as relações sociais.

Neste contexto assiste-se a passagem de um modelo de Estado predominantemente protector, cuja função é proteger os bens adquiridos para um modelo previdencial, cuja acção visa medidas de regulação no sentido positivo e redistributivo. Esta função reguladora do Estado encontra-se assente em duas perspectivas, por um lado o compromisso de classes, entre capital e trabalho e por outro o compromisso social mais geral, entre o capitalismo e o conjunto dos cidadãos.

Uma das principais consequências do compromisso histórico implícito a formação do Estado providência prende-se com o estabelecimento dos direitos de cidadania social (os chamados direitos de segunda geração), como seja o direito de trabalho, à educação, à saúde, à protecção social em caso de doença ou desemprego, a pensões sociais etc. que libertem os indivíduos do risco e da necessidade (Silva, 1997, pp. 45).

Este modelo de Estado além de garantir os direitos de cidadania é também um sistema estratificador. O Estado providência desde o seu surgimento teve sempre como preocupação fundamental a socialização do risco, ou seja os riscos que os indivíduos possam correr na sua vida, é uma questão social. A evolução do Estado providência está relacionada com uma grande variedade de desenvolvimento e mudanças sociais (Flora e Alber, 1984).

Nos últimos anos assistiu-se a uma renovação dos estudos sobre o Estado, enquanto actor social e reorganizador das sociedades, nomeadamente estudos sobre o Estado providência, sobre os quais, na sua generalidade, fazem recurso às análises empíricas, estudos estes que focalizam a questão do Estado como um processo que remete para várias dimensões da vida social e cujo objectivo central é o de testar hipóteses de autonomização do processo político e, consequentemente, do funcionamento do Estado enquanto configuração política de reorganização da sociedade, (Mozzicafreddo, 2000, pp. 3).

O aumento da disparidade social (divisão social do trabalho, hierarquias funcionais e profissionais, processo de urbanização e industrialização, etc.) exige a criação de novas formas de regulação funcional e de organização das relações entre as estruturas sociais e os indivíduos. Segundo Mozzicafreddo (2000), a escassez de reformulação e adaptação do modelo de Estado providência aos novos problemas sociais, os processos de delimitação do

exercício da cidadania, bem como a redução do papel político das instituições representantes dos cidadãos, fortalecem a tendência para o mau funcionamento do sistema político e criam problemas de reconhecimento, por parte dos cidadãos, da legitimidade democrática. Neste contexto notou-se a necessidade de reformar o modelo de Estado providência. O período posterior à Segunda Grande Guerra caracterizou-se, no mundo Ocidental, por uma concordância alargada em torno do Estado providência. Este modelo de Estado foi sempre visto, como um instrumento eficaz para a pacificação social e factor de crescimento e desenvolvimento económico. A partir de 1973, esta consonância em relação ao mesmo, começou a ser alvo de algumas críticas e transformações.

A rigidez e o justo crescimento dos direitos sociais, determinados não só pela existência de direitos conquistados que implicam um consequente aumento das expectativas dos indivíduos mas, também, resultado da própria luta política e das consequentes promessas eleitorais, juntamente com o aumento de despesas com políticas sociais em períodos de crise e recessão, quando os recursos financeiros disponíveis são menores, levou a que se comesçasse a falar de crise do Estado providência se bem que, tendo em conta estas variáveis se possa antes falar de uma crise financeira ou de um impasse financeiro e não de uma crise enquanto modelo político. Entretanto, os aspectos financeiros da crise escondem contradições estruturais do próprio funcionamento do Estado providência (Silva, 1997, pp. 51).

O Estado providência deixou de ser considerado a solução viável para os problemas gerados pelas sociedades de capitalismo tardio porque os sistemas económicos e da vida social não se encontram em simetria com os requisitos do sistema político-administrativo. Neste contexto este modelo de Estado começou a ser visto como gerador de falhas e discórdias políticas e obstáculos sociais do que são capazes de resolver, sendo assim, as estratégias de gestão da crise tomadas pelos Estados providência tornam-se elas próprias sujeitas a crise (Silva, 1997). O Estado providência pela sua inabilidade de conceder a todos os indivíduos a posição de cidadão e também, o direito ao trabalho tem-se mostrado inapto de continuar a garantir a coesão social.

Em alguns países onde o Estado providência é uma realidade desenvolvida, surgem cidadãos que são exceptuados das condições da cidadania facultada por aquele e naqueles países que nunca foi uma realidade plenamente desenvolvida, assiste-se a um ajuste entre formas de exclusão em relação a diminuição de eficácia deste modelo com formas de exclusão características do período anterior ao surgimento da cidadania moderna (Silva,



1997). Para concluir é necessário reformar o Estado providencia e também a segurança social para o preservar.

## **2. REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

O crescimento dos direitos de cidadania e o aumento das reivindicações dos cidadãos/clientes, a exigência competitiva de um sistema económico global, bem como, a introdução de novas tecnologias e sistemas de informação e comunicação e a necessidade de articulação com outras administrações públicas, são algumas dos elementos que impulsionam a administração pública a implementar melhorias de eficiência, eficácia e qualidade nos serviços que presta. A modernização da administração pública não é apenas uma questão de estudos, diagnósticos e debates, muito embora fundamentais a definição de uma opção apropriada, mas também uma questão política, no sentido amplo, ou seja, de orientação programática e de legitimidade e, no sentido estrito, de possibilidades práticas e de estratégias prioritárias (Mozzicafreddo, 2007).

Houve algumas razões de ordem estrutural que justificaram a reforma administrativa: (i) constrangimentos financeiros originados pelo peso dos gastos sociais do modelo do Estado providência; (ii) a complexidade do funcionamento da máquina administrativa; (iii) a alteração das expectativas, exigências e necessidades dos cidadãos e novas tendências de transformação da estrutura do Estado, menos centralizada e mais transparente; (iv) as novas tendências de transformações da estrutura do Estado que inevitavelmente acompanharam as transformações da administração pública (Mozzicafreddo, 2001).

O processo de modernização administrativa tem como objectivo a melhoria de processos internos e a evolução do paradigma de gestão pública existente. Estas reformas procuram, de algum modo, racionalizar e reorganizar o funcionamento dos sistemas e das estruturas do serviço público, com um carácter terminante: fazer funcionar melhor, obtendo ganhos de eficiência e eficácia para a administração pública. “O objectivo principal da reforma administrativa é melhorar o *status quo* dos serviços públicos através da eficiência, eficácia, responsabilidade, o qual é um processo incremental e evolucionário” (Araújo, 2000, pp. 39). Na óptica do autor, a reforma incorpora concomitantemente os processos políticos, técnico e comportamental e inclui o conjunto de actos especificamente arquitectadas para incutir mudanças fundamentais na administração pública.

Mozzicafreddo (2001) defende duas linhas de iniciativas de reformas: a uma linha de reforma de nível macro, que consiste na introdução a lógica gestionária na administração

pública, assenta nomeadamente na liberalização e privatização de actividades económicas e sociais do sector público, na redução do peso deste sector público e na flexibilização do regime de trabalho, na desregulamentação, delegação e devolução de competências aos organismos intermédios. “Esta linha de reforma surge no contexto do constrangimento financeiro devido em grande parte ao aumento das funções, despesas e pessoal da administração, e igualmente da revalorização das perspectivas do empreendedorismo e da lógica do mercado, associado a filosofias gestionárias que tem vindo a serem discutidos e postas em prática nas últimas décadas. Sendo assim, esta estratégia de modernização da administração assenta na liberalização de gestão e procura de uma melhoria da qualidade dos serviços e da eficiência nas tarefas de execução” (Mozzicafreddo, 2001).

Segundo o autor, a segunda linha de iniciativas de reforma, a nível micro, sustenta que medida de reforma do aparelho administrativo diz respeito principalmente ao próprio funcionamento do sistema, nos seus mecanismos organizativos e a sua relação com o exterior, nomeadamente na ideia de uma maior proximidade com o cidadãos ou, numa versão mais gestionária, com os utentes dos serviços públicos entendidos como clientes dos serviços. Neste contexto de reforma, em primeiro lugar, a introdução na administração pública de técnicas e gestão profissional, inspirados nas formas de gestão privada, em segundo lugar, as iniciativas de desburocratização da administração, apostaram, por um lado, na racionalização e simplificação das normas e procedimentos administrativos, tais como a coordenação dos subsistemas, a introdução de novas tecnologias de informação, a limitação da sobreposição de serviços, a eliminação de circuitos burocráticos e a adaptação da linguagem administrativa e jurídica à compreensão comum, para que a administração cumpra com maior eficácia e com menos despesas as suas tarefas (Mozzicafreddo, 2001). Em terceiro lugar este processo de reforma administrativa tem como tema, a proximidade da administração ao cidadão, ou seja uma administração mais próxima e transparente para com as pessoas.

Araújo (2000) sustenta uma ideia de reforma administrativa numa abordagem tradicional. Esta abordagem segundo o autor confia exclusivamente na capacidade das organizações burocráticas para se auto-estruturar de forma a melhorar o seu funcionamento, acreditando que a administração pública só pode ser estruturada através deste modelo e, portanto, a sua única preocupação é fazer com que o sistema weberiano funcione melhor. A perspectiva tradicional tende a enfatizar a reorganização e a introdução de novas técnicas e processos. Contudo Secchi (2009) defende que existiu a necessidade de reforma porque o modelo burocrático tornou-se alvo das mais ásperas críticas. O modelo burocrático weberiano

foi considerado inadequado para o contexto institucional contemporâneo por sua presumida ineficiência, na resolução das necessidades dos cidadãos.

A noção de reforma da administração pública, no contexto de maior eficiência, é hoje bastante reconhecida como necessária, não apenas em matéria de eficiência, acrescentando a ideia de equidade, tanto do ponto de vista da utilização dos recursos colectivos (internos e externos à administração), como da função de serviço público que a administração deve desempenhar, já não tão universalmente reconhecida (Mozzicafreddo, 2007).

A modernização da administração pública está confrontada com dois grandes desafios, que se encontram interligados. Por um lado, há uma luta entre a gestão pública ligada à lei e o espírito empresarial, que pretende gerir organizações públicas como se fossem empresas privadas e por outro lado, há uma luta em torno da ética na função pública, porque as administrações, que se tornam menos burocráticas e mais empresariais, parecem perder os valores a neutralidade política e do profissionalismo (Pitschas, 2003). Segundo o autor, a reforma da administração pública tem que ser também uma questão de valores, ou seja, deve existir uma conciliação entre os valores provenientes das novas abordagens destinadas a melhorar a organização administrativa e a gestão das agências públicas, incluindo ética baseada na experiência do sector privado. A reforma administrativa constitui pois um processo de mudança, destinado a ajustar as estruturas e o funcionamento administrativo, em sintonia com as pressões do ambiente político e social, comunicação nas relações entre os cidadãos e a administração do Estado (Rocha, 2001).

### *O contexto Português de Reforma Administrativa*

Normalmente a questão de reforma administrativa está quase sempre ligado à crise do Estado providência, isto é, aos anos setenta. Todavia, cada reforma é modelada pela sua história administrativa de cada país sendo-o também para Portugal (Rocha, 2001). Segundo o autor, muitos dos contornos da actual administração pública são o resultado duma cultura político-administrativa que continua a marcar o comportamento dos funcionários e dos cidadãos que se dirigem aos serviços públicos. Nesta óptica, podemos dividir o movimento da reforma administrativa em Portugal em várias fases: (i) reforma administrativa no Estado novo; (ii) revolução de Abril de 1974 e a reforma administrativa (1974-1985); (iii) revolução managerial da administração pública portuguesa (1985-1995); (iv) governo socialista e reforma administrativa (1995-1999), (Rocha, 2001). A reforma administrativa no Estado novo tinha como finalidade transformar a administração pública num instrumento submisso da

concepção de Estado de Salazar. Um Estado administrativo, onde não existiam partidos e onde o parlamento (a assembleia nacional) tinha funções meramente decorativas. Com a reforma de Salazar, a administração pública tornou-se assim, um sistema autoritário-burocrático. O momento auge de mudança neste Estado é dado pela criação do Secretariado da Reforma Administrativa. Apesar da necessidade das reformas, de institucionalizar o Estado providência e acelerar o desenvolvimento económico, as reformas nunca foram aplicadas e as instituições permaneceram imutáveis até Abril de 1974.

A revolução de 1974 não trouxe grandes alterações no funcionamento da administração pública portuguesa, a não ser mudanças regulares no que toca à modernização. A inexistência de uma política consistente no âmbito da reforma administrativa deveu-se à fraqueza do poder político e a necessidade da máquina do Estado a funcionar para além da instabilidade governamental (Rocha, 2001). No entender do autor, basta recordar que entre 1976 e 1986 existiram dez governos constitucionais, o que impede uma qualquer política no domínio duma reforma da administração pública. Ainda acresce que a reforma administrativa era uma necessidade imposta pela crise do Estado providência, mas este Estado só começou verdadeiramente a ser construído no pós 25 de Abril. Esta fase de reforma ficou conhecida pela criação de alguns órgãos que contribuíram fortemente para o reforço do processo de reforma da administração pública, que são: o Instituto de informática, Ministério da Reforma Administrativa, Instituto Nacional de Administração etc. Na análise que a OCDE fez ao movimento de reforma administrativa deste período (1985-1995), resultou um conjunto de conclusões que caracterizam a experiência portuguesa (Rocha, 2001):

- a. A reforma não consiste somente em mudar as estruturas, os métodos de trabalho e os processos, consistindo também numa intervenção na cultura organizacional;
- b. Orientação para o cidadão;
- c. Radicalismo selectivo como opção estratégica;
- d. Compromisso do poder político e, em especial, do processo de modernização administrativa;
- e. Procura de consenso na implementação de medidas de modernização;
- f. Consciência de que o processo de modernização administrativa não é um processo rápido, exigindo continuidade e insistência.

O principal impulsionador da mudança neste período foi o Secretariado para a Modernização Administrativa (SMA). Este teve o papel fundamental no processo de modernização. O projecto de modernização administrativa ficou dividido em duas fases: a primeira está associada ao processo de desintervenção e desburocratização e iniciou-se em

1986 e a segunda fase começou em 1992, com a finalidade de melhorar a qualidade e conseguir a confiança nas instituições públicas.

Por fim o último período (1996-1999) de reforma administrativa portuguesa que apostou fortemente na qualidade e nas relações administração/cidadãos (Rocha, 2001). Com o triunfo do partido socialista nas eleições de 1995, o processo de reforma administrativa sofreu alterações significativas, apesar da continuidade dos objectivos. Nesta fase, o governo socialista adoptou uma política de não confrontação com as organizações sindicais, procurando envolver os funcionários no processo de reforma administrativa e adoptando uma estratégia participativa na gestão dos recursos humanos. A reforma da administração pública portuguesa pode ser dividida nas seguintes categorias: (i) reorganização da administração pública e do Estado; (ii) gestão e avaliação dos recursos humanos; (iii) simplificação administrativa e desburocratização (Mozzicafreddo e Gouveia, 2011). Segundo os autores, cada uma destas categorias ou grupos de medidas tem uma significação própria e desdobra-se em várias fases de medidas, programas e reformas que abrangem a administração e o Estado, nomeadamente na sua relação com o mercado e os cidadãos.

A reforma da administração pública de todos os países no fundo tem os mesmos objectivos, (Rosenbloom, 2003) sustenta que as reformas no Estados Federais dos Estados Unidos, a partir de 1993, congregaram-se em torno dos seguintes valores centrais: tornar a administração economicamente mais eficiente, mais orientada para o desempenho e para os clientes, ou seja, fazer uma mudança com vista a aumentar a confiança pública no governo.

### *Disfuncionalidades da Administração Pública*

As iniciativas de reforma administrativas dos países europeus resulta, por um lado, de factores externos à administração, nomeadamente a evolução económica e financeira dos países, as diferentes expectativas dos cidadãos, a trajectória de mudança da estrutura do Estado e na forma de governação e, por outro lado, de factores internos à administração, como é caso particular do aumento e complexidade das funções públicas e, portanto dos serviços burocráticos, que, embora estando relacionado com os factores externos, não deixam, por isso, de ter especificidade própria (Mozzicafreddo, 2001).

Na perspectiva do autor, a incerteza, a resistência e mesmo a ineficiência na inserção de eventuais reformas derivam muito das importações simplistas em matéria de melhoria do funcionamento da administração pública e das orientações gestionárias. A ineficiência neste particular ponto assenta, por um lado, no facto de negligenciar a importância, seja pelo apoio,

seja pela resistência às reformas, dos próprios agentes no progresso das iniciativas de reforma e, por outro, em pensar que a disfuncionalidade da administração se delimita à ausência da lógica de mercado na questão dos serviços públicos (Mozzicafreddo, 2001). Para o autor as disfuncionalidades dos serviços públicos resultam das próprias características dos agentes dos serviços públicos, qualificação, motivação, remuneração e das condições de trabalho, limitado avanço das novas tecnologias, limitação de autonomia de decisão, etc., bem como das insuficiências nos procedimentos de responsabilização, recompensa e sanção inscritos na estrutura hierárquica da administração pública.

A estrutura organizativa e comportamental da administração pública e da estrutura política são um dos principais factores do défice de funcionalidade e de responsabilidade pública dos actos administrativos. A disfuncionalidade da administração pública é entendida no contexto do desenvolvimento das sociedades, devido, ao aumento da intervenção administrativa e das funções de regulação do Estado, em resultado da aceleração do crescimentos das últimas décadas e, em grande parte, das disparidades e descontinuidade deste desenvolvimento e, ainda no âmbito da expansão contínua dos direitos dos cidadãos<sup>5</sup>. Neste contexto, torna-se relevante mencionar, as deficiências do funcionamento e da coordenação dos subsistemas da administração, da expansão excessiva de serviços, das incoerências do circuito decisório, bem como do défice de responsabilidade perante as decisões administrativas tanto na esfera administrativa como na do poder político.

No entender de Mozzicafreddo, a questão da responsabilidade dos actos administrativos perante os cidadãos ou, mais quotidianamente, frente aos utentes dos serviços sintetiza, explicam em grande parte, os problemas da disfuncionalidade da administração pública. Algumas das razões do défice dos serviços públicos e da esfera política em Portugal, no caso concreto se podem caracterizar nos seguintes pontos:

- O aumento das funções administrativas e das medidas institucionais, num contexto de especialização e de exigências técnicas, torna o circuito decisório complexo e descoordenado;
- As formas organizativas do trabalho, por um lado, de insuficiências qualificações ou de adequações das mesmas às funções tanto a nível de quadros superiores, como a nível administrativo com reduzida produtividade em termos de horas/produto, e, por outro, as formas centralizadas e segmentados das responsabilidades, limitam o seguimento dos processos, a leitura atenta e conscienciosa dos *dossiers* e a observância dos prazos e

---

<sup>5</sup> Mozzicafreddo, 2001.

normas: em suma, incidem negativamente na responsabilização individual pelo desempenho do serviço público. Para limitar as disfuncionalidades de uma administração menos profissional e arbitrária, a administração deve reger-se pela especialização funcional e qualificação dos serviços, posições hierárquicas com competências decisórias e fiscalizadoras formalmente atribuídas, sistemas de regras e procedimentos de implementação da lei e da imparcialidade dos actos e decisões administrativos (Mozzicafreddo, 2001). Contudo, pode-se considerar que uma das razões das disfuncionalidades resulta da não observância do modelo burocrático de organização;

- Abordar os efeitos negativos dos comportamentos e das práticas informais que resultam da estrutura organizativa existente;
- Diagnóstico das disfuncionalidades e das insuficiências de responsabilidade pública pelos actos administrativos no contexto do funcionamento e das práticas comportamentais da esfera política que condiciona ou possibilita a estrutura organizativa e o comportamento dos agentes da administração pública.

Nota-se que são as disfuncionalidades da administração pública que faz com que o processo de modernização seja contínuo e complexo, procurando sempre reformar com vista a maior equidade, eficácia e eficiência.

### **3. O MODELO BUROCRÁTICO**

O modelo burocrático weberiano é um modelo organizacional que desfrutou notável propagação nas administrações públicas de todo o mundo durante o século XX. Este modelo é atribuído a Max Weber, porque o sociólogo alemão analisou e sintetizou suas principais características. O modelo burocrático é também conhecido na literatura inglesa como *progressive public administration*, referindo-se ao modelo que inspirou as reformas introduzidas nas administrações públicas dos Estados Unidos entre séculos XIX e XX, durante a chamada *progressive era*. Desde o século XVI o modelo já era bastante difundido nas administrações públicas, nas organizações religiosas e militares, especialmente na Europa. A partir daí o mesmo foi experimentado com intensidades diferentes e em diversos níveis organizacionais, culminando com sua adopção no século XX em organizações públicas, privadas e do terceiro sector. As bases teóricas do modelo burocrático só foram construídas, após a morte de Weber. O exercício da autoridade racional-legal foi identificado pelo Marx como fonte do poder dentro das organizações burocráticas, sendo que o poder provém das normas, das instituições formais, e não do perfil carismático ou da tradição.

Para Secchi (2009), estas são as principais características do modelo weberiano: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo. A formalidade impõe deveres aos membros da organização, a configuração e legitimidade de uma hierarquia administrativa, as documentações escritas dos procedimentos administrativos, a formalização dos processos decisórios e a formalização da comunicações internas e externas. A impessoalidade determina que a relação entre os membros da organização e entre a organização e o ambiente externo está baseada em funções e linhas de autoridades claras. Tem que existir uma hierarquia nas organizações para facilitar a organização e funcionamento da mesma. O profissionalismo está associado ao valor positivo atribuído ao mérito como critério de justiça e diferenciação. Os cargos são atribuídos aos indivíduos que competem de forma justa e estes devem mostrar competências técnicas e conhecimento. Outras características que explicam o profissionalismo do modelo burocrático são a separação entre propriedade pública e privada, trabalho remunerado, divisão racional das tarefas e separação dos ambientes de vida e trabalho.

O modelo weberiano estabeleceu um padrão excepcional de *expertise* entre os trabalhadores das organizações, onde um dos aspectos centrais é a separação entre o planeamento e a execução (Secchi, 2009). Tendo em conta o princípio de profissionalismo e da divisão racional do trabalho, a separação entre planeamento e execução dá contornos práticos à distinção wilsoniana entre política e a administração pública responsável pela elaboração de objectivos e a administração pública responsável por transformar as decisões em acções concretas<sup>6</sup>. Uma das grandes preocupações do modelo burocrático é a eficiência organizacional. Os valores de eficiência económica impõem a colocação racional dos recursos, que na teoria weberiana traduz-se na preocupação especial com a colocação das pessoas dentro da estrutura organizacional. Outro valor do modelo burocrático é a equidade e tem como objectivo garantir a igualdade aos funcionários, defendem tratamento igualitário para aqueles que desempenham a mesmas funções (tratamento, salários etc.). Também implícita ao modelo é a desconfiança geral com relação à natureza humana.

As críticas ao modelo organizacional burocrático foram inúmeras. Após a segunda Guerra Mundial ocorreu uma vaga de confrontação intelectual contra o modelo burocrático, segundo Secchi (2009). Na perspectiva do autor, elaborou-se a crítica mais perspicaz e directa ao modelo burocrático, analisando os seus efeitos negativos sobre as organizações e outras esferas da vida, esses efeitos negativos foram denominados de disfunções do modelo: o

---

<sup>6</sup> Secchi, 2009.



impacto da prescrição estrita de tarefas sobre a motivação dos empregados, resistência às mudanças e desvirtuamento de objectivos provocados pela obediência a crítica às normas. Tais disfunções podem ainda ser prejudiciais em organizações que dependem da criatividade e da inovação. Depois de Merton, outras críticas foram feitas ao modelo burocrático, e elas poder ser notadas nas características dos chamados modelos pós-burocráticos de organização, na administração pública destacam-se os modelos gerenciais e a governação pública.

Assim como outros modelos, o modelo de Weber apresenta as suas vantagens e desvantagens em termos de resultado da boa governação e de uma administração pública mais eficiente e eficaz. Em primeiro lugar, os esforços das autoridades burocráticas podem ter mais êxito porque mantêm a unidade do comando e da coordenação das actividades administrativas (Pitschas, 2003). Contudo, a forma burocrática dos procedimentos administrativos e as estruturas burocráticas da organização interna asseguram a uniformidade e o controlo jurídico. Como sustenta o autor, uma elevada especialização funcional graduada aumenta a eficiência e a produtividade da administração pública no desempenho de funções públicas e rotina. O modelo burocrático da administração pública bloqueia frequentemente a iniciativa individual dos funcionários públicos e a participação dos cidadãos nas decisões administrativas<sup>7</sup>.

Na perspectiva de Pitschas, devido à centralização da tomada de decisões os funcionários dos níveis hierárquicos mais baixos que nunca têm oportunidades para se sentirem responsáveis. Em vez disso, o procedimento administrativo burocratizado origina um sistema de regras e regulamentos, aplicando procedimentos inúteis acompanhados de formalismos administrativos. No que concerne à especialização das funções, o modelo burocrático também impede uma comunicação mais estreita entre as unidades especializadas, o que leva à multiplicação de autoridades similares e ao aumento dos custos de coordenação. Neste contexto, o relacionamento impessoal da burocracia faz com que não se preste atenção suficiente aos direitos e necessidades dos cidadãos.

A exposição destas vantagens e desvantagens do modelo burocrático torna óbvio que a sua eficácia depende em grande parte da natureza específica das funções públicas e administrativas a realizar. É por isso que o modelo lançou raízes numa época em que o Estado tinha como finalidade a manutenção da lei e da ordem e a defesa da paz e da segurança internas e externas da sociedade.

Gerth e Mills (1974) apresentam um modelo de burocracia moderna que funciona da seguinte forma: (1) rege o princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de

---

<sup>7</sup> Pitschas, 2003.

acordo com regulamentos, ou seja, por leis ou normas administrativas; (i) as actividades regulares necessárias aos objectivos da estrutura governada burocraticamente são distribuídas de forma fixa como deveres oficiais; (ii) a autoridade responsável pelas ordens necessárias à execução desses deveres oficiais se distribui de forma estável, sendo rigorosamente delimitada pelas normas relacionadas com os meios de coerção, físicos, sacerdotais ou outros, que possam ser colocados à disposição dos funcionários ou autoridades; (iii) tomam-se medidas metódicas para a realização regular e continua desses deveres e para execução dos direitos correspondentes; somente as pessoas que têm qualificação prevista por um regulamento geral são empregadas; (2) os princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridades significam um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação, no qual há supervisão dos inferiores pelos superiores.

Segundo os autores, com o desenvolvimento do modelo burocrático, a hierarquia dos cargos é organizada manocráticamente. O princípio da autoridade hierárquica de cargo encontra-se em todas as organizações burocráticas: no Estado e nas organizações eclesiásticas, bem como nas grandes organizações particulares e empresas privadas (Gerth e Mills, 1974).

A administração burocrática moderna, na óptica dos autores, a administração de um cargo funciona em documentos escritos, preservados em sua forma original ou em delineação. A administração burocrática, pelo menos toda a administração especializada, que é caracteristicamente moderna, pressupõe habitualmente um treinamento especializado e completo. Conclui-se, que não há razões para excluir o modelo burocrático da sociedade, esta burocratização da administração pública e governação é uma das ferramentas valiosa e indispensável do Estado Moderno, sendo imprescindível algumas modificações (Pitschas, 2003).

### *Especificidade da Administração Pública*

Para iniciar a explicação sobre a especificidade da administração pública, torna-se relevante referir que segundo as perspectivas de teorias de gestão e de administração, o sector público é caracterizado como algo inferior ao sector privado, como tendo que aprender a realizar com as realizações deste, com o seu negativo do sector privado: em suma com o não mercado (Mozzicafreddo, 2001).

No sector público, os valores e as lógicas de funcionamento não são considerados como importantes, enquanto a administração privada é caracterizada como tendo um funcionamento

autónomo e eficiente. O sector privado estão longe de serem autónomos e eficientes, tanto no sentido organizacional, da qualidade dos seus produtos, da rentabilidade das suas operações, como do desenvolvimento da qualificação dos recursos humanos e da investigação profissional. Existem numerosas actividades ou factos que são definidos como exteriores à gestão da administração pública: a política, as eleições, a cidadania, os protestos, os conflitos políticos e partidários, os protestos sociais e os direitos cívicos, contudo, estes factos sociais fazem parte do sector público e o seu sentido condiciona o do sector público (Mozzicafreddo, 2001, pp 147).

Nota-se que estes aspectos políticos, sociais e culturais fazem parte do contexto interno de funcionamento das organizações públicas. Sendo assim, é imprescindível enumerar algumas das diferenças que existe entre o sector público e privado. As principais diferenças entre os dois sectores, resume-se em três áreas: a) características da envolvente (limitações políticas, influências políticas); b) relação envolvente/organização (poder, pluralismos, expectativas, concentração); c) factores organizacionais (objectivos complexos, relações de autoridade, performance). O sector público, enquanto instrumento do Estado, funciona segundo lógicas políticas contraditórias procurando a cada momento dar resposta à complexidade do desenvolvimento social.

O sector público para conseguir acompanhar o desenvolvimento da sociedade tem que agir com racionalidade, ser organizado com base na uniformidade, na impessoalidade, na força dos procedimentos e no controlo democrático dos recursos colectivos. A diferença principal entre o sector público e privado situa-se nos valores e objectivos que configuram os mesmos, respectivamente, o interesse geral e o sector público e o interesse particular e a lógica do mercado. A administração pública procura satisfazer as necessidades colectivas, sendo que as instituições privadas procuram dar resposta as necessidades dos particulares com vista a maximização de lucros.

#### **4. REFORMA DO ESTADO DE CABO VERDE**

Cabo Verde é hoje um país emergente com novas oportunidades em termos de desenvolvimento socioeconómico. Esta evolução é fruto da estabilidade política e de desenvolvimentos económicos, sociais e boa governação. A modernização da administração pública tem constituído um desafio constante dos sucessivos Governos de Cabo Verde. Neste processo contínuo de modernização, foi editada a Lei n.º 39/VI/2004, de 2 de Fevereiro, que estabelece medidas de modernização administrativa, designadamente sobre acolhimento e atendimento dos cidadãos em geral e dos agentes económicos em particular, comunicação

administrativa, simplificação de procedimentos, audição dos utentes e sistema de informação para a gestão<sup>8</sup>.

A reforma do Estado de Cabo Verde compreende duas vertentes a primeira está ligada a reforma institucional do Estado e a segunda está associado a reforma da administração pública. Assim como os países da Europa Ocidental, Cabo Verde no seu processo de reforma tiveram como principais objectivos os seguintes:

- Consolidar a qualidade da democracia;
- Estimular a participação e a inovação;
- Melhorar os serviços prestados e as condições de vida dos cidadãos;
- Qualificação dos recursos humanos;
- Reformar o contexto legislativo;
- Criar condições de atractividade e desenvolvimento económico;
- Construir uma boa governação e um Estado mais transparente.

Neste contexto reformar a administração pública e o Estado visa: a prestação de serviços públicos de qualidade, integrados e orientados para as necessidades do cidadão, garantindo a eficiência do funcionamento de excelência da gestão da sua actividade e a participação democrática dos cidadãos, através da definição políticas e estratégias adequadas aos diferentes domínios de intervenção, assim como a disponibilização dos recursos humanos.

A descentralização e a desconcentração são dois elementos que estão nas linhas estratégicas de reforma do Estado de Cabo Verde. Com estes dois processos pretende-se, a criação de regiões plano, direccionados para o planeamento regional e promoção das potencialidades locais e, estreita ligação com os agentes económicos e os municípios; integrações dos serviços centrais, racionalização dos serviços centrais mediante fusão, externalização ou extinção dos serviços; reorganização da administração descentrada do Estado, conferindo-lhes coerência territorial e garantindo a coordenação operacional dos serviços públicos em cada ilha e alargamento da acção dos municípios, reforçando os meios de intervenção executiva ma promoção da qualidade de vida das populações<sup>9</sup>.

Segundo a agenda de reforma do Estado de Cabo Verde, (2009) qualquer reforma tem que ter como base a implementação ou construção de uma governação eficaz e mais próxima

---

<sup>8</sup> Boletim Oficial da República de Cabo Verde, 1066, I série – N° 34, Resolução de Ministros - 24 de Outubro de 2011.

<sup>9</sup> Informação retirada da agenda da reforma do Estado de Cabo Verde, 2009.

dos cidadãos, para conseguir atingir este objectivo estratégico do governo foi implementado a governação electrónica. O programa *Mundu Novo* foi criado no segmento da reforma administrativa com a finalidade de modernizar o processo de ensino através da utilização de tecnologias de informação e comunicação, criando novo paradigma de ensino interactivo. O Estado passou a valorizar cada vez mais as tecnologias de informação e comunicação e utilizando como elo de ligação da administração pública ao cidadão, através da criação da Casa do Cidadão (plataforma digital para solicitar documentos online) no portal *Porton di nós ilha*.

#### *Fases de reformas do Estado de Cabo Verde:*

- 1ª Fase: 1975 - 1989 (Estado providência-forte) - Construção das novas instituições do novo Estado independente com foco na segurança alimentar, no acesso universal da saúde e da educação;
- 2ª Fase: 1990 - 2000 (Estado liberal-mínimo) - Reformas institucionais com foco nas necessidades de liberalização política (democrática) e económica (mercado);
- 3ª Fase: 2000 – 2011 (Estado regulador - necessário) – Reformas institucionais em todos os quadrantes e a todos níveis (macro e micro), reforço da cidadania, modernização, transparência e competitividade.

Tanto o Estado como a população em geral tem a consciência de que a execução da Lei n.º 39/VI/2004, de 2 de Fevereiro, não trouxe as melhorias significativas que se esperava no funcionamento dos serviços públicos, não tem tido a adesão esperada por parte dos organismos da administração directa e indirecta do Estado, bem como das autarquias locais, havendo assim uma fraca implementação e apropriação da referida Lei, identificada pelos diversos gestores das entidades públicas. Existem, entretanto, excepções como, nomeadamente, os serviços da Casa do Cidadão que têm aplicado a lei com sucesso reconhecido na generalidade do país. A aplicação da lei pelos serviços da Casa do Cidadão reforça a importância dos princípios e objectivos da referida Lei e mostra o potencial de mudança de paradigma no relacionamento com o cidadão e com as empresas que nela está intrínseca.

Conclui-se, que esta evolução expressa exactamente a questão básica do novo significado do conceito do Estado e de direito constitucional porque a sua trajectória parte de modelos de sociedade caracterizados pela hierarquia e a burocracia dirigindo-se para

sociedades civis em contextos participativos (Pitschas, 2007). Dentro do contexto da modernização funcional do Estado, encontra-se o processo ou a lógica do modelo económico de mercado descentralizado. A capacidade interventiva do Estado na economia, por meio da regulação, ou desregulação, é algo que o Estado democrático não pode abdicar, sob pena de, como a história o demonstra, se gerar o caos económico, primeiro, e político depois. “A este respeito não nos equivoquemos, pois o carácter público dos mercados privados acaba sempre por ser revelado quando chegam os problemas” (Antunes, 2007).

Para Rainer Pitschas (2007), antes da criação da união Monetária Europeia, os custos do Estado-Providência caracterizavam-se principalmente pela percentagem PIB total representado pelas despesas do Governo. Só durante a primeira Guerra Mundial, começou a verificar-se a subida gradual das despesas públicas, mais o aumento significativo ocorreu propriamente dito em 1960 com o crescimento das despesas sociais. No que diz respeito ao modelo Europeu do Estado-Providência este ficou sujeito a pressão de ter de actualizar a sua política, por outro lado os E.U.A ainda têm muito trabalho a realizar neste domínio, como demonstra o seu sistema de segurança social. O Estado moderno está, assim sujeito a um vasto imperativo da mudança, sendo incontestável que deve operar uma modernização de fundo.

“Apesar das suas difusões, o modelo burocrático e normativo caracterizador das nossas instituições públicas, traduz ainda a única garantia de que o Estado democrático pode a qualquer momento corrigir assimetrias, injustiças e insuficiências do próprio sistema democrático” (Mozzicafreddo, 2007, pp. 428). Compreende-se, contudo, que a modernização do Estado não é tanto uma questão de mentalidades, mas sim de processos. Como explica Mozzicafreddo (2010), o Estado, tal como o interesse público, variam no tempo e no espaço, ou seja, o processo de mudança efectua-se, a médio ou longo prazo.

## **CAPÍTULO II – MODELOS TEÓRICOS EXPLICATIVOS DA DELINQUÊNCIA JUVENIL**

A violência praticada pelos jovens tem-se transformado num problema grave para a sociedade, acompanhando uma tendência mundial de crescimento deste fenómeno.

O objectivo deste capítulo está relacionado com a problemática da delinquência juvenil e as discussões acerca das principais teorias explicativas deste fenómeno. Pretende-se dar a conhecer as diferentes vertentes teóricas explicativas, tais como: a teoria de anomia, teoria da acção diferencial, teoria do vidro partido, teoria do controle social, teoria da rotulagem, teoria da subcultura delinquente e teoria da desorganização social. Estas teorias foram adoptadas no trabalho com o propósito de facilitar a compreensão sobre o conceito da delinquência juvenil e o propósito dos jovens em executar actos ilícitos. Segundo as pesquisas efectuadas estas são as teorias sociológicas mais utilizadas para explicar a causa da delinquência juvenil. Sendo que o objectivo do trabalho é dar um contributo para o desenho de um instrumento de política pública direccionada a prevenção da delinquência juvenil na cidade da Praia (capital de Cabo Verde), estas teorias servirão também de base para a compreensão da realidade do fenómeno na sociedade cabo-verdiana.

### **1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

A violência praticada pelos jovens acompanha a evolução do Homem e da sociedade, ficando assim ressalvado que o fenómeno não é recente. As manifestações de comportamento anti-social têm sido uma constante nas sociedades actuais, sendo que esse comportamento pode ser definido de diversas formas uma vez que as interpretações em torno do fenómeno variam no tempo e espaço, invalidando definições consensuais.

A adolescência é caracterizada por Reis (2007) como uma fase de sucessivas transformações (biológicas, psicológicas e sociais) e pela noção da crise, tornando-se alvo frágil da globalização, e isto reflecte-se muitas vezes nas condutas dos jovens, alguns dos quais ganham maior visibilidade, pelo grau, natureza e dimensão da ruptura que originam com as normas sociais e jurídicas vigentes.

Neste contexto, para Nedel (2007) a delinquência juvenil associada à fase da adolescência, tende a ser um fenómeno específico de desvio e de inconformidade dos jovens, que apresentam, na maioria das vezes, carências, conflitos, necessidades e contradições típicas, numa fase da vida cuja especialidade é sua definição negativa.

É importante ter em conta a imprecisão com que o conceito da delinquência muitas vezes se encontra revestido, e que pode levar a considerar determinados actos como delinquentes, quando na verdade, ou se tratam de comportamentos típicos da fase da adolescência, ou em casos mais graves, de perturbações do comportamento, necessitando nestes casos, de uma intervenção psiquiátrica e não jurídica (Reis, 2007). É neste sentido, que Negreiros (2001) define o comportamento anti-social como um conjunto de actividades (actos agressivos, furto, vandalismo, fugas) ou outros comportamentos que traduzem, de um modo geral, numa violação das normas ou valores socialmente estabelecidas.

Na perspectiva de Costa e Soares (2002), o conceito da delinquência identifica-se com a atitude tomada pelos indivíduos que desenvolvem um comportamento divergente, para com a autoridade e as normas legais. Na maioria das vezes o conceito da delinquência juvenil é definido em função dos critérios jurídicos e penais, sendo delinquente aquele que pratica actos dos quais resultou uma condenação pelos tribunais.

No entender de Singer (1996), tendo em consideração a reflexão de Émile Durkheim, os delitos cometidos pelos cidadãos surgem associados à forma como a sociedade se organiza e, neste contexto, considera-se que os actos delinquentes são parte integrante de toda a sociedade já há muito tempo.

Segundo Dumbo (2012), “a definição da delinquência, de tão abrangente que é, tem em conta todos os comportamentos problemáticos que se manifestam no decorrer da transição dos jovens para a vida adulta, sendo estes entendidos como comportamentos de quebra das condutas sociais convencionais que o indivíduo manifesta no decorrer de um processo de socialização juvenil”. Na perspectiva de Emler e Reicher (1995), ocorre a delinquência juvenil quando existe um comportamento que constitui infracção da lei. O fenómeno da delinquência juvenil surge como uma construção social e institucional em torno da qual se reúnem definições e ideias sobre situações e condutas que se opõem ao conceito ideal que se tem da infância e da juventude. Ferreira (1997) sustenta que, a delinquência juvenil é definida a partir das leis, das práticas e das crenças relativas ao procedimento dos jovens e legalmente pelo controlo e tratamento do comportamento considerado delinquente, ou como o comportamento que os jovens estabelecem com a família, os amigos e outros adultos nos espaços onde a delinquência emerge.

A delinquência juvenil pode surgir, quer por uma expressão juvenil que reflecte uma tradição cultural e económica desfavorecida e vulnerável aos processos que marcam as desigualdades de oportunidades; quer como uma consequência das experiências juvenis, das rupturas e dos



fracassos que experienciam e das influências que derivam dos processos comunicacionais e culturais (Duarte, 2010, pp. 25).

O conceito da delinquência juvenil pode ser definido em dois sentidos: no sentido vasto, a delinquência juvenil diz respeito a todo o tipo de infracção criminal que ocorre durante a infância e a adolescência e no sentido restrito, “envolve o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais em relação a menores que cometem infracções criminais ou que se encontrem em situações ou apresentem comportamentos delinquentes, particularmente nos casos em que existe grave negligência familiar ou em que as crianças ou adolescentes revelam comportamentos desviantes e deformados da realidade social do grupo etário a que pertencem” (Ferreira, 1997). Contudo, estes tipos de condutas podem não constituir, em rigor, actos criminais, remetendo assim para a mesma realidade social que o conceito da delinquência juvenil procura descrever e caracterizar.

No entanto, Carvalho (2004) considera como decisivo revelar que a delinquência, mais do que um problema de natureza meramente jurídica é, antes de mais, um problema eminentemente social que obriga a um maior envolvimento de toda a sociedade na procura de alternativas que visem a sua prevenção e combate, ou seja, a prevenção da delinquência numa sociedade tem que ser em conjunta, nunca individual.

A delinquência juvenil ou o comportamento anti-social, na perspectiva de Laranjeiras (2007), pode apresentar-se sob várias formas de inadaptação ou de perturbação do comportamento que não dependem somente das características internas do indivíduo (desenvolvimento/organização psicológica), como também do nível de influência do exterior.

Neste contexto a delinquência juvenil não é nada mais do que um comportamento desviante dos jovens que podem ser causados por inúmeros factores (consumo de droga, exclusão social, problemas famílias). É um fenómeno muito complexo de analisar, visto que cada jovem, sociedade e as próprias teorias explicativas tem uma percepção diferente do comportamento desviante e das causas.

## **2. TEORIAS EXPLICATIVAS DA DELINQUÊNCIA JUVENIL**

A delinquência juvenil, por ser entendida como um fenómeno complexo e com variadíssimas causalidades, não possui um significado simples. Antes de abordar a questão do delito juvenil na cidade da Praia, torna-se necessário uma análise das teorias explicativas da génese da criminalidade/delinquência. As teorias utilizadas na explicação dos actos criminosos

praticados pelos jovens variam bastante, incluindo desde factores individuais até explicações que tomam por base factores culturais, estruturais e socioeconómicos.

Sendo a delinquência juvenil um conceito bastante complexo, a sua origem não pode ser explicada tendo como base uma teoria mas sim várias, “ não existe, porém, características comuns que possam ser utilizadas para ligar as diversas teorias, cada explicação tem as suas próprias forças e fraquezas, e algumas teorias são, em geral, mais persuasivas do que outras” (Shoemaker, 1990). Neste sentido é de salientar que o objectivo deste capítulo é analisar a noção da delinquência juvenil e a as suas causas, tendo como base as teorias explicativas que também serviram de base para a elaboração do contributo para o desenho de um instrumento de políticas pública para a prevenção da delinquência juvenil na cidade da Praia, que será apresentado no quarto capítulo.

## **2.1. TEORIA DA ANOMIA**

O termo anomia<sup>10</sup> foi utilizado pela primeira vez, por Émile Durkheim. Entende-se que as ideias de Durkheim tenham sido desenvolvidas sob a forma pela qual o capitalismo estabelecerá uma divisão forçada do trabalho, de pouca legitimidade, e de um controlo nada eficiente sobre os anseios dos homens. Segundo Rocha (2011), para Durkheim numa sociedade menos diferenciada, na qual existem semelhanças entre seus componentes quanto ao modo de ver e de lidar com os problemas, a manifestação do comportamento desviante é penalizado por acções que têm raízes nos costumes sociais, logo a acção de ruptura dos vínculos de solidariedade activa a reprovação deste comportamento e confirma valores e sentimentos comuns.

Emler e Reicher (1995) afirmam que Durkheim utiliza o conceito de anomia para explicar o crime ou os actos delinquentes não só como o resultado das condutas anti-sociais, mas sim como condutas contextualizadas socialmente, ou seja, além de ser considerado um fenómeno do criminoso passou a ser observado como uma realidade social.

Apesar do termo de anomia ter sido utilizado pela primeira vez pelo Durkheim, Robert K. Merton também em 1938 deu o seu contributo no desenvolvimento da teoria da anomia. Este autor defende, que a motivação para a delinquência está associado a impossibilidade de atingir um determinado *status quo* na sociedade. Merton (1996) considera que a anomia é a causa do crime, cuja origem estaria na desorganização social, ou seja, o crime ocorre porque a

---

<sup>10</sup> A anomia (ausência de norma) é um estado de falta de objectivos e perda de identidade, provocado pelas intensas transformações ocorrentes no mundo social moderno (Rocha, 2011).

própria estrutura social e organizacional estimula os indivíduos a cometerem os actos delinquentes, na medida em que esta dispõe de um conjunto de padrões culturais que enfatizam a ambição e o sucesso, suscitando a competição.

Na perspectiva de Robert (2005), a anomia de Merton é entendida como uma consequência inesperada e contraditória da articulação duma ideologia igualitária com uma estrutura social que mantém saliente as desigualdades de acesso aos meios de concretização desse ideal.

Contudo, Merton (1968) para explicar o conceito de anomia associado a delinquência juvenil, identifica cinco reacções possíveis às tensões entre os valores socialmente aprovados e os meios de os alcançar: os conformismos, os inovadores, o ritualismo, os retrocedentes e a rebelião<sup>11</sup>.

Ainda nesta ondulação, a teoria da anomia é avaliada sob três perspectivas em relação á questão da delinquência juvenil, são elas: (i) diferentes aspirações individuais e os meios económicos disponíveis ou expectativa de realização - segundo esta linha o processo de tensão seria resultado da diferença entre as aspirações individuais e expectativas reais; (ii) oportunidades bloqueadas - o indivíduo acredita que não consegue alcançar o sucesso social e económico por razões adversas à sua vontade, ou seja, acredita que algo o impede de conquistar as suas metas; e (iii) privação relativa - quando a distância entre o ideal do sucesso da sociedade, onde alguns alcançam, e a realidade vivida pelo indivíduo se torna extrema e considerada de muita importância (Barcelos, 2009, pp. 15).

Segundo Rocha (2011), a teoria da anomia de Merton foi modificada, progressivamente, ao longo de 30 anos, por autores como Cloward e Olhin, dando mais ênfase aos efeitos e situações que encaminham os jovens para o mundo da delinquência. Cloward e Olhin (1998) defendem que aos actos desviantes tendem a ocorrer quando a sociedade não fornece oportunidades aos jovens da classe mas baixa para atingir estatutos

---

<sup>11</sup> Os conformistas são aqueles que aceitam os valores e os meios de alcançar os objectivos sem se preocupar com o sucesso ou não. Os inovadores são aqueles que aceitam os valores impostos pela sociedade, mas procuram formas ilegais para alcançar os objectivos. Os indivíduos deste grupo preocupam-se em adquirir riqueza, independentemente do meio utilizado. O ritualismo caracteriza os que continuam a conformar-se com os modelos sociais, esquecendo os valores que colocaram em causa as suas actividades. Os retrocedentes, são os indivíduos que abandonaram a perspectiva competitiva, rejeitando os valores e os meios aprovados para os alcançar. A rebelião é a reacção dos indivíduos que rejeitam tanto os valores existentes como os meios normativos (Giddens, 1997).

semelhantes aos jovens da classe média ou alta, ou seja, esta diferença de oportunidades faz com que se desenvolva nos jovens o espírito delinquente.

Nota-se que a teoria da anomia dá uma grande ênfase aos efeitos da desorganização social associado aos desequilíbrios e às desigualdades sociais. Em suma, a teoria da anomia explica que o comportamento delinquente do jovem é apreendido através de um processo de comunicação dentro de um grupo restrito com ideias semelhantes.

## **2.2 TEORIA DA ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL**

Edwin H. Sutherland é considerado o autor da teoria da associação diferencial, relacionou o crime com o conceito de associação diferencial.

A teoria da associação diferencial explica que “numa sociedade que contém muitas subculturas, alguns ambientes sociais tendem a encorajar actividades ilegais, ao passo que outros, não. Os indivíduos tornam-se delinquentes ou criminosos através da sua associação com outros que são portadores de normas criminais” (Giddens, 1997, pp 160).

Segundo Giddens (1997), esta teoria desvaloriza a ideia de que existem diferenças psicológicas entre os criminosos ou delinquentes dos outros indivíduos da sociedade. Para esta teoria todos os indivíduos são iguais psicologicamente. Contudo, para Glick (1995) os indivíduos cometem actos ilícitos porque a própria sociedade favorece condições a estes indivíduos para praticarem estes actos.

A teoria da associação diferencial utilizada por Sutherland (1939) explica que os princípios do processo pelo qual se desenvolve o comportamento criminoso são os mesmos do processo através do qual se desenvolve o comportamento legal, sendo que o comportamento delinquente também se apreende na sociedade. Segundo esta teoria, os actos delinquentes ou os crimes acabam por mostrar as disfuncionalidades da sociedade, ou seja, pode-se considerar que o crime assim como a delinquência são sintomas da desorganização social.

Para Wright e Sutherland (1995), a teoria da associação diferencial, constrói-se sobre alguns princípios que explicam o motivo pelo qual os indivíduos praticam actos ilícitos, são eles: (i) o comportamento criminoso/delinquente é apreendido; (ii) o comportamento em questão é adquirido nas interacções com outras pessoas em um processo de comunicação; (iii) a parte principal da aprendizagem do comportamento criminoso ocorre dentro dos grupos pessoais; (iv) quando o comportamento criminoso é aprendido, este processo de aprendizagem inclui, (a) técnicas de cometer o crime (simples ou complexos), e (b) a direcção

específica, os motivos, racionalizações, e atitudes; (v) a orientação específica, os motivos e os impulsos são apreendidos através de definições de códigos legais como favoráveis ou não; (vi) uma pessoa torna-se delinquente porque existe um excesso de definições favoráveis à violação da lei sobre definições desfavoráveis à violação da lei.

Esta teoria explica que os jovens considerados, extrovertidos, sociáveis e activos e que residem numa zona com alta taxa da delinquência juvenil têm mais probabilidade em adquirir o comportamento delinquente, do que um jovem emocionalmente perturbado e isolado, visto que este opta por isolar-se dos outros jovens do bairro, logo torna-se mais difícil adoptar comportamentos delinquentes (Sutherland et al, 1992). Bierne e Messerschmidt (1999) explicam que a teoria da associação diferencial está resumida da seguinte forma: em primeiro lugar, considera que todo o comportamento criminoso é aprendido dentro do grupo pessoal através de um processo de interacção, e ainda sustenta que o comportamento delinquente não é um legado biológico, em segundo lugar argumenta que a aprendizagem deste mesmo comportamento inclui instruções e técnicas do crime e valores motivacionais que favorecem a prática desses actos.

Contudo, a teoria da associação diferencial, sustenta que todo o comportamento delinquente ou social é aprendido em resultado das convivências com outros elementos do grupo, considerados delinquentes. As fontes motivacionais desses tipos de comportamento são, portanto, as mesmas tanto para o criminoso como para o conformista, permanecendo a distinção no facto de que a persecução dos objectivos, pelo primeiro, se faz com a utilização de meios ilícitos.

### **2.3 TEORIA DO VIDRO PARTIDO**

Segundo Harcourt e Ludwig (2005), a teoria do vidro partido foi testada pela primeira vez em 1960 e foi popularizada em 1982 pelo cientista político James Wilson e pelo psicólogo criminologista George Kelling, num artigo publicado na revista *Atlantic Monthly*, cujo título era *The police and Neiborhood safety*.

Neste artigo foi utilizado a imagem de uma janela quebrada para explicar como a desorganização e a delinquência poderiam aos poucos, incutir-se numa sociedade, provocando o seu declínio e a queda na qualidade de vida dos residentes. Desde então, tem sido objecto de grande debate tanto dentro das ciências sociais como na esfera pública. A teoria tem sido usada como motivação para várias reformas na política criminal. Esta teoria foi muito utilizada nos Estados Unidos da América para combater os pequenos crimes, com a finalidade de restabelecer a ordem nas comunidades.

Segundo Harcourt e Ludwig (2005), a teoria das janelas partidas produziu uma revolução na lei da polícia dos Estados Unidos da América e também sugeriu uma aplicação mais cautelosa das leis com contra-ordenação menos grave ou o chamado policiamento de tolerância zero.

Wilson e Kelling (1982) explicam a delinquência juvenil, fazendo comparação com uma janela partida. Os autores sustentam, que se uma janela estiver partida e não for reparada, para a comunidade é sinal de que as autoridades não se importam, logo seria um motivo mais do que suficiente para quebrar mais janelas. Tudo isto para explicar que as pequenas desordens podem conduzir a grandes distúrbios e mais tarde a crimes qualificados, ou seja, recomendam que os actos delinquentes devem ser combatidos quando ainda se encontram em pequena percentagem, porque quando alastram, torna-se mais difícil o seu combate e prevenção.

O principal objectivo desta teoria é o combate dos pequenos delitos como medida para prevenir crimes de grandes dimensões na sociedade. A teoria da janela quebrada explica que as pequenas desordens da sociedade, tais como: rua suja, prostituição nos bairros, *graffiti*, prédios abandonados, contribui fortemente para um ambiente susceptível ao crime. Estes sinais de desordem são auto-suficientes para produzir um comportamento delinquente entre os jovens e tornar a área mais vulnerável a invasão do criminoso.

Harcourt e Ludwig (2005) sustentam que a teoria das janelas quebradas aborda inicialmente os efeitos que a desordem provocaria sobre a comunidade de forma directa, ou seja, são as variações na desordem nos bairros que explicam a variação no crime, assegurando a desvantagem estrutural constante. “A teoria do vidro partido optou duas formas de análise do crime na sociedade: a primeira abordagem tenta medir a desordem no bairro e o crime (bem como outros correlatos da criminalidade, como a pobreza e a instabilidade residencial), a fim de determinar se existem correlações estatisticamente interessantes entre essas variáveis e a segunda abordagem está relacionada com as medidas de policiamento adoptadas pelos Estados” (Harcourt e Ludwig, 2005, pp. 12).

Na perspectiva de Thacher (2004), assim como as outras teorias, esta teoria também foi alvo de inúmeras críticas. Alguns teóricos (como Wesley Skogan) explicam que a relação entre a desordem e a delinquência não demonstra a forte relação que os teóricos da mesma alegaram existir, ou seja, combater a desordem pública por meio de táticas policiais duras pode ser uma estratégia politicamente popular, mas talvez analiticamente fraco para reduzir a criminalidade.

Para Cotta (2005), a teoria do vidro partido explica que quando numa localidade existem várias janelas partidas, começam as agressões, os roubos e ainda mais janelas partidas, contudo estas desorganizações são vistas como indicadores de um bairro sem ordem e lei.

O enfraquecimento dos laços de solidariedade corresponde a um abrir de portas à delinquência. Pretende-se confiar à polícia o papel essencial de reforçar os mecanismos informais de vigilância da própria comunidade. Isto significa complementar o controle social informal da comunidade. Ora, as patrulhas policiais motorizadas não permitem estabelecer laços fortes com a população. Além disso, os agentes policiais não conhecem os jovens e estes consideram os polícias como uma força estranha, que se pode menosprezar com impunidade e mesmo escarnecer abertamente. Este policiamento é considerado como uma forma de caça ao delinquente correspondendo a uma visão individualista da lei. Nesse caso, o policial é visto como um estranho preocupado em perseguir os transgressores das normas e não procurando garantir as regras sociais de vizinhança que podem estar ameaçadas por incivildades. O patrulhamento a pé e de proximidade pode contribuir para a manutenção das regras informais da comunidade, reforçando uma vivência colectiva pacífica, sem quebrar os laços da polícia com a população (Cotta, 2005, pp. 10).

Conclui-se, que para a teoria das janelas partidas, se todas as janelas partidas forem arrançadas, isto poderá de certa forma contribuir para o não desenvolvimento do comportamento delinquente, de insegurança e de violência na comunidade. Em suma esta teoria considera que o papel dos residentes é muito importante para um combate eficaz da delinquência juvenil.

## **2.4 TEORIA DO CONTROLE SOCIAL**

Segundo Rock (1997), a teoria do controle social explica que os indivíduos praticam actos delinquentes porque é rentável, agradável ou útil para eles. Segundo esta teoria a origem da delinquência juvenil está relacionada com os problemas de vinculação social do jovem às instituições como família, escola, igrejas, que teriam por função formar ou adaptar o indivíduo às normas sociais.

Para Glick (1995), esta teoria assume que os seres humanos são por natureza infractores, ou seja, considera que a motivação para o comportamento delinquente é algo da natureza humana e todos os indivíduos praticam actos ilícitos de forma natural. Já Hirschi (1969) defende que os actos delinquentes surgem quando a ligação do indivíduo com a sociedade é fraca ou quebrada.

Na óptica de Assis e Souza (1999) existem duas doutrinas defendidas pela teoria do controle social que mostram a relevância da visão que o jovem tem de si mesmo e a influência do meio (família, escola, comunidade) no processo da aquisição da auto-imagem, factor importante a ser considerado na etiologia da delinquência. Uma assume que os jovens com uma visão pobre de si mesmo, se encaminham com mais facilidade para o mundo do crime e a outra considera que os jovens qualificados como criminosos adquirem auto-estima baixa.

A teoria elaborada por Matza (1964) – *Drift Theory*, assume que o jovem comete actos ilícitos pela influência do grupo social com que convive e não por obediência às suas regras. A influência dos pares sobre os jovens e as inter-relações que este grupo estabelece na sociedade merecem, portanto, ser analisadas neste nível teórico. A associação dos jovens em grupos também é um factor muito estudado na origem da delinquência neste contexto.

A teoria do controle social presume que as pessoas procuram cometer crimes por ser lucrativo e útil para eles. Gottfredson e Hirschi (1990) definiram o crime segundo a teoria do controle como um acto de fraude ou força praticado com o propósito de satisfazer o seu próprio interesse. Já na perspectiva de Robert (2005), a teoria do controle social sustenta que os actos delinquentes ocorrem quando se perde a ligação do indivíduo com a sociedade. São quatro os componentes dessa ligação: “a afeição a outrem que motive o indivíduo a considerar as suas expectativas (*attachment to others*); o compromisso do adolescente num projecto académico ou profissional (*commitment*); a participação em actividades que lhe deixem pouco tempo de ócio (*involvement*); e a crença, que consiste muito simplesmente na convicção de que as leis devem ser respeitadas (*belief*)”.

Hirschi (1969) apresentou, entre diversos trabalhos significativos no campo da criminologia, duas versões centrais da teoria do controle: teoria do controle da delinquência e teoria do autocontrole da delinquência. A primeira versão do controle, apresentada no *Causes of Delinquency* (1969), teve uma origem interessante dentro da perspectiva do controlo social, sendo que na segunda versão o crime provém do baixo autocontrole, ao fornecer uma gratificação directa e simples dos desejos que é atractivo àqueles que não podem ou não adiarão o prazer. Neste contexto, a teoria do controle social explica que os actos delinquentes são cometidos com o propósito de satisfazer o interesse dos infractores.

Segundo Guadalupe (2007) a teoria do controle tem como suporte para a prática dos actos ilícitos as fracas ligações sociais, que podem levar os indivíduos a maximizarem os benefícios do crime, estando assim, pouco ligado aos controlos normativos que os afastariam de qualquer tipo de comportamento desviante.



Robert (2005) argumenta que esta teoria recebeu em alguns tempos vários elogios, sendo que também sofreu cruéis críticas. Por expor a sua ambição de generalidade foi criticada, uma vez que foi considerada inadequada para certos tipos de actos delinquentes (crime organizado ou delinquência económica e financeira).

Resumindo, esta teoria explica que a delinquência juvenil ou acto criminoso acontece quando a conexão dos cidadãos com a sociedade está fragilizada e porque os indivíduos consideram que a prática dos actos ilícitos é gratificante e benéfico.

## **2.5 TEORIA DA ROTULAGEM**

Frank Tannenbaum e Howard Becker criaram e desenvolveram a teoria do rótulo, que é uma faceta central do interaccionismo simbólico. Segundo Becker (1963) esta teoria explica que os indivíduos praticam actos desviantes quando constroem as suas próprias regras, a partir das quais a sua infracção constitui o desvio.

Uma das teorias mais importantes ao entendimento da criminalidade e do comportamento de desvio veio a ser conhecida como teoria da rotulagem, embora este termo seja mais um rótulo para um conjunto de ideias inter-relacionadas do que a exploração unificada. Os teóricos da rotulagem interpretam o desvio não como um conjunto de características de um indivíduo ou de grupos, mas como processo de interacção entre os que se desviam e os outros (Giddens, 1997, pp. 163).

Esta teoria orientou a sua explicação em torno das normas institucionais, formais e informais pelos quais certos indivíduos são classificados como desviantes ou criminosos e as suas consequências para o indivíduo em questão, para os que o envolvem e para a sociedade em geral. A teoria da rotulagem, ou o processo de rotular é uma interacção dinâmica social, o processo pelo qual comportamentos são rotulados e não categorizados. O facto de um determinado indivíduo cometer ou não um crime é, segundo esta teoria, irrelevante. Eles são desviados no sentido que a sociedade acaba de atribuir um rótulo desviante e o trata como desviante. Para esta teoria é a sociedade que toma a decisão de classificar um cidadão como delinquente ou não, independente de este ter praticado realmente ou não um acto considerado como ilícito segundo a lei.

Na perspectiva de Glick (1995), os teóricos desta teoria acreditam que: em primeiro lugar, não há actos humanos intrinsecamente maus e desviantes em si mesmos. Segundo, os actos desviantes são definidos por grupos. Terceiro, o desvio não é uma característica de qualidade das pessoas (isto é, provavelmente todos os seres humanos são seres desviantes, na

medida que todos violam as normas). Quarto, se uma pessoa praticar um acto, este será classificado como desviante, dependendo do acto que a mesma praticou e da forma como as pessoas reagirem em relação ao mesmo. Por outras palavras, o acto desviante varia de acordo com as regras da sociedade. Quinto, rotular uma pessoa como desviante tem consequências negativas na medida em que cria condições sociais que são favoráveis ao desvio secundário, ou seja, desvio de uma pessoa adopta em resposta às reacções dos outros. Por último, uma pessoa que fica rotulado como desviante geralmente é rejeitada pela sociedade e encontra-se isolado de pessoas que respeitam a lei.

Segundo Giddens (1997), a teoria da rotulagem é importante porque parte do pressuposto que nenhum acto é totalmente criminoso. Muitas vezes, o que é criminoso ou não é definido pelas autoridades da sociedade através das leis e da sua interpretação. Esta teoria defende que existem realmente algumas condutas que são proibidas em todas as culturas, como o assassinio, a violação e o roubo. Isto para dizer que muitas vezes as pessoas são rotuladas porque a sociedade assim o entende que deve ser e não por ser o correcto ou criminoso.

Tierney (1996) considera que para esta teoria o foco de estudo são os indivíduos, os grupos e aqueles que são rotulados como desviantes, ou seja, para a teoria da rotulagem os actos não são relevantes para a compreensão do fenómeno da delinquência juvenil.

Segundo Robert (2005), a teoria de rotulagem explica o comportamento delinquente segundo as relações mantidas por todas as partes implicadas nos actos de desvio e não nas características daqueles que os praticam ou o ambiente e condições de vida dos mesmos.

David Matza (1964) criticou muito a teoria da rotulagem por não explicar a passagem ao acto delinquente. Este considera que os jovens cometem actos ilícitos como uma forma de *Drift*, a qual é facilitada pelas cinco técnicas de neutralização: a negação de responsabilidade, a negação do dano, a negação da existência de vítimas, a condenação daqueles que condenam e o reconhecimento duma lealdade mais premente do que aquela sustentada pelas normas oficiais, a que uma quadrilha exige de seus membros, por exemplo. Ainda nesta deriva crítica em torno da teoria de rotulagem.

Podemos criticar esta teoria de forma mais persuasiva tendo em conta três pontos principais. Primeiro, ao colocar o acento no processo activo da rotulagem, tende-se a pôr de lado os processos que conduzem a actos definidos como desviantes. A rotulagem não é totalmente arbitrária: as diferenças na socialização, atitudes e oportunidades influenciam a forma como as pessoas se comprometem com um comportamento particularmente susceptível de ser rotulado como desviante; em segundo lugar, ainda não está claro se a rotulagem incrementa realmente a

conduta desviante. O comportamento delincente tende a aumentar depois da condenação, mas isto será um resultado da própria rotulagem? É bastante difícil julgar já que muitos outros factores, como o aumento da interacção com outros delinquentes ou a aprendizagem de novas oportunidades criminosas, podem estar envolvidos. Em terceiro lugar, temos de investigar o desenvolvimento global dos modernos sistemas de leis, da justiça e da polícia, se queremos entender como e porquê diferentes tipos de rotulagem se tornam aplicáveis. Contudo tem de existir uma dimensão histórica no entendimento do desvio (Giddens, 1997, pp. 164).

Apesar das inúmeras e variadas críticas, esta foi segundo Giddens (1997) uma das teorias, mais uteis para compreender os aspectos do comportamento delincente e do crime. Quando integrada com uma perspectiva histórica, a teoria da rotulagem sensibiliza para as conjunturas em que alguns tipos de actividades são classificados como puníveis por lei e para as relações envolvidas na formação de tais definições, bem como para as circunstâncias em que certos indivíduos não agem em conformidade com a lei.

A teoria da rotulagem compreende o crime/delinquência juvenil como sendo um fenómeno construído socialmente, não considera relevante as causas da delinquência, mas sim as condições em que o acto delincente se desenvolve. Esta teoria parte do princípio que na natureza não existe a delinquência juvenil e a criminalidade, mas que estes são fenómenos que se constroem em sociedade segundo o processo de interacção social.

## **2.6 TEORIA DA SUBCULTURA DELINQUENTE**

A expressão plural, teorias da subcultura delincente, justifica-se pelo facto de serem múltiplas as tentativas de explicação, do conceito de delinquência e do fenómeno da delinquência juvenil em especial. Segundo a teoria da subcultura delincente, o crime ou acto delincente é resultado da interiorização e da obediência a um código cultural que torna a delinquência imperativa.

Para Cohen (1971) a explicação da delinquência juvenil é perceptível, na medida em que o crime resulta da identificação dos jovens das classes trabalhadoras com os valores e as regras de conduta emergentes da subcultura delincente. Cohen (1971) na sua obra *Delinquent Boys* explica o conceito da subcultura do delincente segundo duas perspectivas: em primeiro lugar, a crença de que a delinquência é fundamentalmente obra dos jovens de sexo masculino das classes mais baixas da sociedade, em segundo lugar a definição da subcultura delincente como não-utilitária, má e negativista. Não-utilitária, porque não se procura o crime como instrumento ou meio racional; má, porque os jovens praticam o crime pelo puro prazer e é negativista porque representa a subversão total dos valores e das normas

da cultura dominante, e manifesta-se pelo desprezo da propriedade, no gosto pela violência e no desejo de obter recompensas imediatas.

Segundo Dumbo (2012), a teoria da subcultura do delinquente explica que os indivíduos praticam actos considerados ilícitos quando não conseguem atingir posições de sucesso na sociedade. Neste contexto, acabam por rejeitar as culturas que consideram inadequados e que representam dificuldades na obtenção do *status* valorizado, procurando criar valores e normas que consideram mais adequados, ainda que alguns desses valores sejam considerados como desviantes. Para os autores inseridos na corrente culturalista, “o comportamento desviante é determinado por subsistemas de conhecimentos, crenças e atitudes que tornam possível ou impedem a emergência de formas específicas de comportamentos desviantes em determinadas situações” (Cohen, 1971, pp. 187).

Na perspectiva de Cloward e Olhin (1960), e segundo a teoria da subcultura delinquente, os grupos de delinquentes surgem em sociedades subculturais onde as possibilidades de alcançar o sucesso de forma legal são mínimas, assim como nas sociedades de minorias étnicas carentes. Neste ponto Giddens (1997) sustenta que o acto delinquente é o resultado dos valores, normas e sentimentos implícitos na subcultura delinquente e neste contexto explica que os grupos de jovens delinquentes tendem a criar os seus próprios valores e modos de vida.

“A teoria da subcultura do delinquente perspectiva, ainda, o crime no quadro mais geral das estruturas sociais gerais. Esta teoria tem em conta que a sociedade está estruturada em função de uma desigualdade entre classes, se bem que esta desigualdade não exclua a participação universal numa vasta gama de valores comuns, nomeadamente os de sucesso e de *status*” (Lisboa, 2008, pp. 58). Segundo Liberati (2008) as teorias da subcultura acreditam que as situações de subcultura do delinquente surgem em resposta aos problemas que os membros da sociedade não conseguem enfrentar e resolver. Na óptica de Liberati, a teoria da subcultura do delinquente é uma ligação entre os conceitos da desorganização social e da teoria da tensão. Segundo Viapiana (2006) esta teoria envolve a constituição de novos padrões de reconhecimento em substituição aos valores da classe média.

Cloward e Olhin (1960) procuram resolver à questão da subcultura do delinquente com a introdução de duas outras noções: a primeira delas é que a aderência dos jovens ao mundo da delinquência ocorre por influência dos delinquentes já existente; em segundo lugar explica a importância do ambiente, associado à desorganização social, constatando que nas zonas urbanas mais pobres das cidades, nas quais persiste um quadro da desorganização social, a cultura da delinquência se transmite com maior facilidade.

Na óptica de Ferreira (2000) o desvio ou o comportamento delinquente é visto como uma consequência das experiências dos jovens, das rupturas e dos fracassos que experimentam, ou das influências que derivam dos processos comunicacionais e culturais que afectam a vida quotidiana juvenil. Esta teoria explica que a delinquência juvenil só existe porque os jovens criam suas próprias culturas para atingir os seus objectivos.

## **2.7 TEORIA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL**

Esta teoria aborda questões relacionadas com o ambiente local em que o indivíduo convive. Actuando como sistema de redes, formais ou informais, tais como: família, escola, amigos, vizinhos etc.

Segundo Lisboa (2008), essas relações seriam condicionadas por diversas variáveis, tais como desagregação familiar, *status* económico, heterogeneidade étnica, urbanização e mobilidade residencial e sob esta abordagem, a delinquência evoluiria como consequência de efeitos indesejados na organização dessas redes de contacto a nível comunitário, seja familiar ou grupos de amigos.

“A teoria da desorganização social explica que a delinquência é fruto do colapso das instituições, só explicável pelo enfraquecimento dos controlos exercidos pela comunidade” (Lisboa, 2008).

Shaw e Mckay (1942) na sua obra concluíram, então, que nas zonas de grande risco, a delinquência se transformava em aspectos mais ou menos tradicionais da vida social e que estas tradições eram transmitidas através dos contactos pessoais e de grupo. Alguns estudos realizados pela escola de Chicago concluíram que os actos delinquentes eram praticados em zonas degradadas da cidade, onde predominavam situações de segregação económica, étnica, racial e casos de doença. Apesar disso, Shaw e Mckay rejeitam a ideia de que estas zonas produzem, por si só, a delinquência e acreditam, antes, que a prática destes actos tem de ser atribuída à própria estrutura da vida comunitária, nomeadamente ao tipo de relações da vizinhança.

Enquanto a teoria da desorganização social elaborada por Sampson e Groves (1989), explica que os factores como a classe social e a composição racial podem não ser a causa directa da delinquência, mas são variáveis indispensáveis para medir a desorganização social. Neste contexto, Sampson e Groves (1989) enumeram quatro elementos que fazem parte da teoria da desorganização social, são eles: a baixa condição económica; uma mistura de

diferentes grupos étnicos; a mobilidade dos residentes e as famílias desestruturadas com lares fragmentados.

Warner e Pierce (1993), seguindo o pensamento de Sampson e Groves, enumera outros elementos que consideram de extrema importância para a explicação da teoria da desorganização social, por exemplo: a pobreza do bairro, a heterogeneidade racial, ruptura familiar e alta densidade de unidades habitacionais. Os autores consideram que estes elementos são indispensáveis para explicar a forma como a desorganização social está associado ao fenómeno de delinquência e criminalidade. Para Cerqueira e Lobão (2004), a teoria da desorganização social é uma abordagem sistemática em torno das comunidades, entendidas como um complexo de rede de associações formais ou informais.

Shaw e Mckay (1942), ao explicarem a teoria da desorganização social, também observaram que os bairros socialmente desorganizados tinham a possibilidade de produzir valores criminosos e que estes valores poderiam ser passados de gerações para gerações (os jovens aprendiam o comportamento delinquente com muita facilidade através da convivência com os jovens mais velhos). Contudo, uma localidade caracterizada pela desorganização social fornece base fértil para a delinquência e o crime de duas formas: primeiro através de uma falta de mecanismos de controlo comportamental e segundo através da transmissão cultural de valores inadimplentes. Em suma a teoria da desorganização social, explica que a delinquência juvenil é resultado da falta de organização social, ou seja, se a sociedade for organizada a taxa de delinquência juvenil é menor do que nas sociedades desestruturadas.

Ao longo deste capítulo procedeu-se a análise do conceito da delinquência juvenil e as teorias explicativas sobre este fenómeno. Na origem da delinquência juvenil tem sido tradicionalmente debatida a falha das instituições sociais para apoiar e proteger o jovem, facilitando, assim, sua entrada no mundo da delinquência. A presente abordagem sociológica apresentada neste trabalho constitui um esforço heurístico e de compreensão do problema, tendo por base a necessidade de exploração de hipóteses explicativas, de identificação de causas, condicionantes e tendências da delinquência juvenil, visando auxiliar no delineamento de políticas e estratégias para o equacionamento/minoração do problema.

Sendo a delinquência juvenil um conceito que está associado ao comportamento anti-social do jovem. Este comportamento pode ser adquirido de varias formas, com foi abordado durante o capítulo II, seguindo as perspectivas das diversas teorias expostas. Algumas remetem para os problemas familiares, outros culturais ou sociais. Contudo, estas teorias

procuram mostrar uma abordagem clara do conceito da delinquência juvenil, fazendo uma relação entre o acto praticado e os meios que os permitem realizar os mesmos.





### **CAPÍTULO III - JUVENTUDE E DELINQUÊNCIA NA SOCIEDADE CABO – VERDIANA**

Em Cabo Verde nas últimas décadas os jovens têm ganho um lugar de destaque como um grupo ou como uma categoria social de importância crescente. A delinquência juvenil em Cabo verde, mais concretamente na cidade da Praia, tem crescido de forma significativa, sobretudo, com o surgimento dos grupos denominados por *Thugs*<sup>12</sup> (grupo de jovens que se confrontam entre si e com as autoridades).

Neste contexto, ao longo deste trabalho tentarei compreender e explicar as razões de base do problema em análise. Tendo como base os estudos realizados neste âmbito, os dados da polícia nacional e algumas entrevistas realizadas aos cidadãos (jovens delinquentes à luz da lei e instituições de carácter social) do concelho da Praia.

O objectivo central do trabalho como já foi anteriormente referido é a elaboração de um contributo para o desenho de um instrumento de política pública direccionada à prevenção da delinquência juvenil na cidade da Praia. Contudo, o objectivo deste capítulo diz respeito à análise das questões relacionadas com a criminalidade juvenil no concelho. No entanto, este capítulo servirá também de suporte para a elaboração do 4º capítulo, que consiste no desenho da teoria da mudança.

#### **1. CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DA PRAIA**

Situada numa zona tropical do Norte o arquipélago de Cabo Verde é composto por dez ilhas e oito ilhéus, que formam dois grupos distintos. O grupo do Barlavento, composto pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista e os ilhéus Branco e Raso e o grupo de Sotavento, formado pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo, Brava e os ilhéus Grande, Rombo, Baixo, de Cima, do Rei, Luís Carneiro e Sapado. Já no que concerne ao concelho da Praia propriamente dita verificamos que este é constituído por 58 bairros, sendo a maioria considerada degradada e desorganizada.

Segundo os dados do INE (Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde), no ano de 2010 a população residente no país cifrava-se nos 491.875 habitantes, sendo 132.317

---

<sup>12</sup>O fenómeno dos *Thugs* foi exportado para Cabo Verde pelos chamados retornados, jovens delinquentes de origem cabo-verdiana nos Estados Unidos que, por motivos judiciais, foram expatriados para Cabo Verde. Desenraizados, naturalmente agruparam-se, e inspirando-se dos filmes de *gangsters* norte-americanos e das simbologias do *Rap*, criaram uma versão local do crime organizado.

habitantes residentes na cidade da Praia. De referir que este concelho, comparativamente aos restantes municípios, foi o que teve maior crescimento populacional nas últimas décadas. As migrações internas são as principais responsáveis por este crescimento populacional.

De acordo com o total dos residentes registado em 2010 pelo INE, cerca de 26% da população cabo-verdiana reside na cidade da Praia. A sua população, à semelhança do país é na sua maioria jovem (mais de 50% da população tem idade inferior aos 24 anos).

O tamanho médio dos agregados familiares, segundo o censo de 2010<sup>13</sup> foi de 3,7 dois pontos abaixo do que a média nacional estimada em 3,9. Ainda de acordo com os dados do censo 2010, a taxa de actividade na cidade da Praia foi de 65,1% sendo que a taxa de ocupação foi de 57,7%, com uma taxa de desemprego de 11,3%. Esta taxa de desemprego situa-se a um ponto percentual acima da média nacional (estimada em 10,7%).

Os dados do desemprego mostram a sua forte incidência sobre os jovens com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos. Com efeito, para o grupo etário dos 15 e os 24 anos, a taxa de desemprego dos homens foi de 18,3% e o das mulheres de 25,5%, o que significa uma diferença de cinco pontos percentuais<sup>14</sup>.

## **2. CRIMINALIDADE NA CIDADE DA PRAIA**

Do ponto de vista criminal, a situação da segurança pública na cidade da Praia durante o ano 2011 foi preocupante, tendo como reflexo os dados apresentados nas figuras que se seguem e os resultados das entrevistas. Segundo os dados da polícia nacional, os crimes praticados no concelho, se encontram dividido em duas categorias, os crimes contra património e contra pessoas.

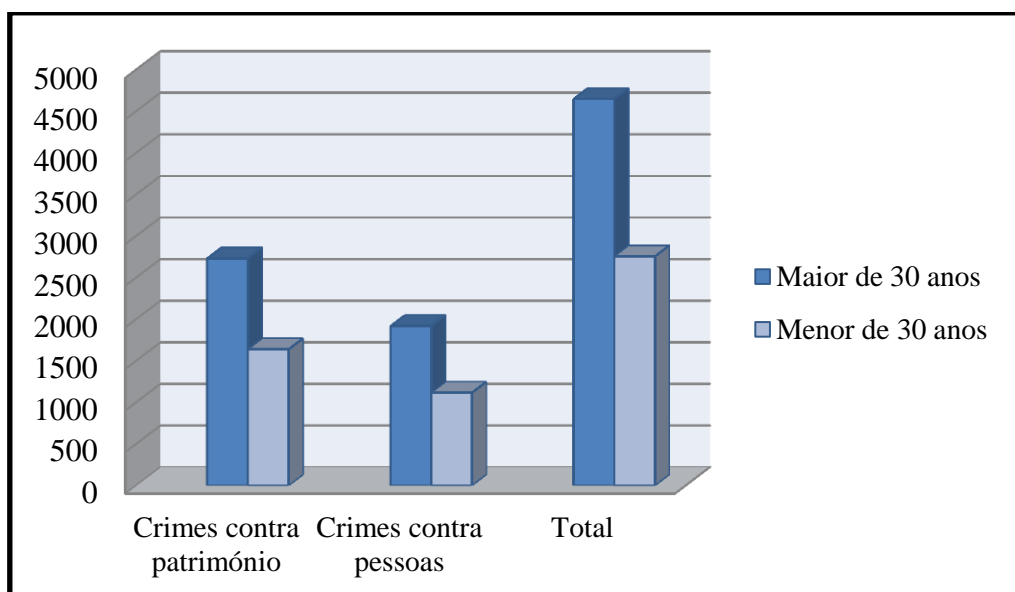
A maior parte dos crimes cometidos na cidade da Praia, segundo os dados da polícia nacional são crimes contra património, com um destaque significativo para o furto na residência e roubo na via pública. Em muitas ocasiões, o crime é percebido como uma intrusão na intimidade e privacidade da pessoa, ocorra em casa, no carro, ou na via pública. Geralmente, o agressor pretende roubar uma propriedade com o objectivo de a utilizar ou vender.

---

<sup>13</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde ([www.ine.cv](http://www.ine.cv)).

<sup>14</sup> Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde, 2011.

Figura 1.3 - Total dos Crimes contra as Pessoas e o Património no ano de 2011 na cidade da Praia cometidos por indivíduos com mais ou menos de 30 anos.



Fonte: Policia Nacional de Cabo Verde.

Tendo em conta os dados estatísticos apresentados sobre o número total dos crimes contra pessoas e património durante o período de 2011, nota-se que num universo de 132.317 habitantes residentes na cidade da Praia registou-se um total de 560 crimes por cada 10.000 habitantes do concelho. Sendo que deste total, 208 crimes foram cometidos por jovens com idade inferior aos 30 anos e 351 crimes foram praticados por indivíduos com idade superior aos 30 anos. Desta análise verifica-se que cerca de 37,2% dos crimes praticados na cidade da Praia, foram por jovens com menos de 30 anos.

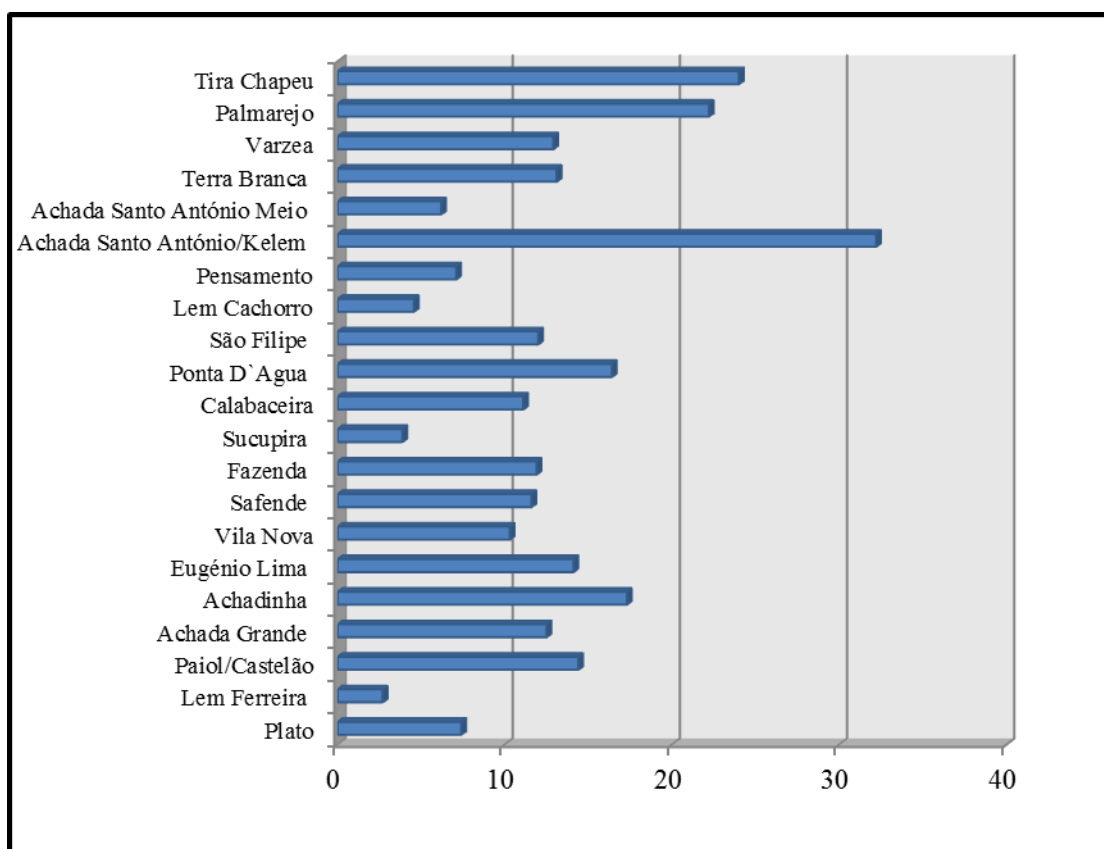
A escolha dos jovens com idade inferior aos 30 anos para à análise da criminalidade juvenil na cidade da Praia se deve, sobretudo ao estudo anteriormente realizado por Oerter e Dreher (2002), quando consideram que a fase juvenil vai dos 16 aos 29 anos. Esta fase é caracterizada pelos autores como sendo a fase de transição da adolescência para a vida adulta.

Fazendo uma comparação da situação criminal da cidade da Praia em relação à Portugal, nota-se que no ano de 2011 se verificou no país um total de 383 crimes por cada 10.000 habitantes, para uma população residente de 10 561 614 habitantes e um total de 405.288 crimes<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Instituto Nacional de Estatística de Portugal ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

No que concerne aos crimes contra pessoas nota-se que na cidade da Praia cerca de 36,8% dos mesmos foram praticados por jovens com menos de 30 anos. Da análise dos dados, verifica-se que os crimes contra o património continuam a ser a categoria que observa maior número de ocorrência, representando um peso relativo de 63% na criminalidade participada a nível nacional.

Figura 2.3 - Percentagem do total dos crimes cometidos pelos jovens com menos de 30 anos no ano de 2011 na cidade da Praia, distribuído por bairros.



Fonte: Polícia Nacional de Cabo Verde.

Dá análise relativamente ao peso dos crimes praticados por jovens com idade inferior aos 30 anos distribuído por bairros, verifica-se que a situação é mais preocupante na localidade de Achada Santo António/Kelem. No ano de 2011, neste bairro foram praticados no total 889 crimes (contra o património e as pessoas) e deste total 286 foram praticados por jovens com menos de 30 anos.

Segundo os dados apresentados nota-se que os bairros de Achada Santo António/Kelem, Tira Chapéu, Palmarejo e Achadinha é onde a situação da criminalidade juvenil tem maior peso. Cruzando este dados da polícia nacional com os das entrevistas conclui-se que

estes são os bairros onde verifica-se um maior número de ocorrências. Dos 20 jovens entrevistados na Cadeia Civil, cerca de 80% são residentes destes bairros.

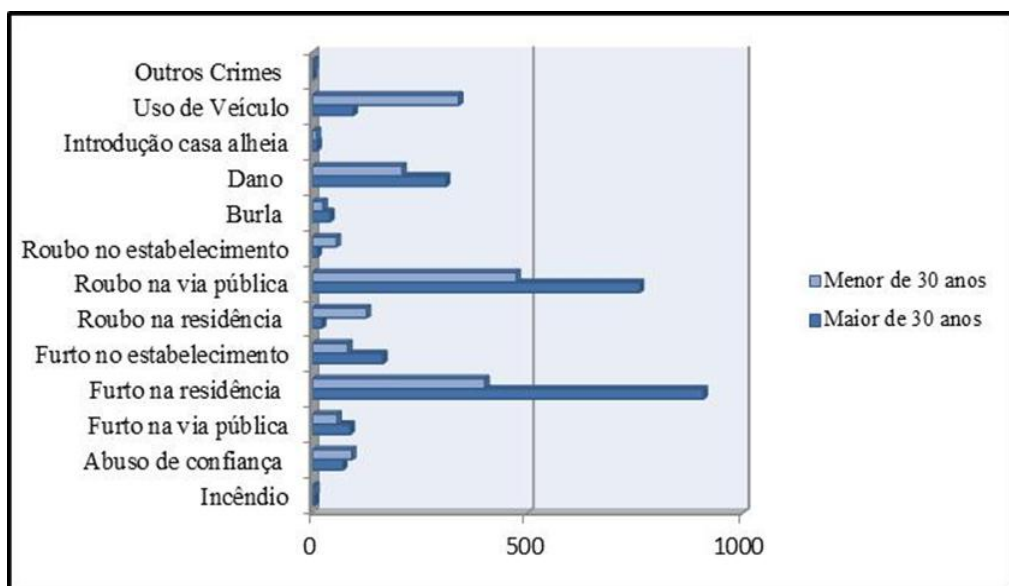
Os jovens com idade inferior aos 30 anos, residentes no bairro de Achada Santo António/Kelem contribuíram de forma significativa, no ano de 2011 para a elevada taxa de criminalidade na cidade da Praia, com 32,2% do total dos crimes praticados nesta zona.

A imagem do espaço onde se reside contribui, de forma significativa, para a construção de uma identidade social; se a imagem que o exterior tem de um determinado local é depreciativa, essa adjectivação estende-se aos seus residentes promovendo fenómeno de estigmatização que condicionam os processos de interacção social no reforço de situações de marginalização, exclusão e desviância. Tudo isto para explicar que os jovens residentes nos bairros mais problemáticos estão mais sujeitos a situação de vandalismo.

É de referir que em algumas situações é a própria organização espacial que fornece aos jovens condições favoráveis à prática de delitos. O bairro de Achada Santo António/Kelem é um dos mais degradados da cidade da Praia, e é esta desorganização social que contribui para o aumento da delinquência juvenil, como advoga a teoria da desorganização social.

Não esquecendo que em toda a regra há sempre uma excepção, o bairro do Palmarejo é referenciado como um dos mais urbanizado do concelho, contudo, no ano de 2011 contribui com 8,25% para a criminalidade geral registado na cidade da Praia, reforçando ainda que é o terceiro bairro mais problemático.

Figura 3.3 - Total dos Crimes contra o Património no ano de 2011 na cidade da Praia, cometidos por indivíduos com mais ou menos de 30 anos.



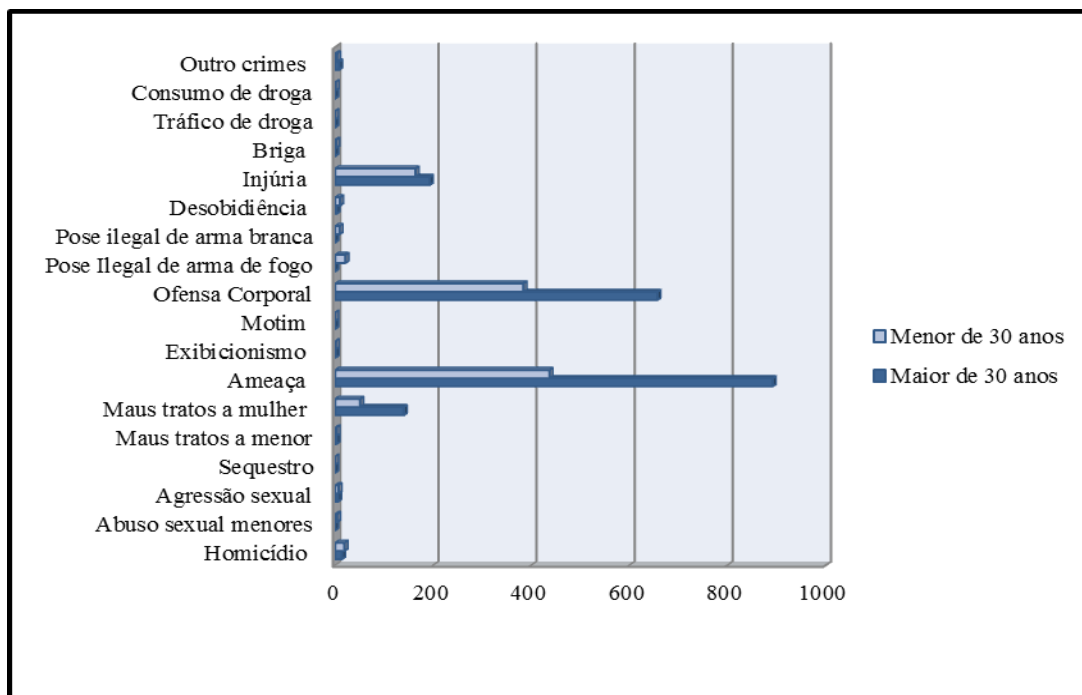
Fonte: Policia Nacional de Cabo Verde.

Os dados apresentados relativamente ao número de crimes contra o património referem-se a experiências de treze tipos de crimes ocorridos durante o ano de 2011 na cidade da Praia. Relativamente aos crimes contra o património destaca-se o furto na residência e o roubo na via pública. Estes dois tipos de crimes correspondem a 58% do total dos crimes contra património praticados na cidade da Praia no ano de 2011, sendo que 20% dos mesmos foram cometidos por jovens com idade inferior a 30 anos.

Da análise dos dados nota-se que os tipos de crimes contra o património mais praticados pelos jovens com menos de 30 anos são: roubo no estabelecimento, roubo na residência, abuso de confiança e incêndio. Verifica-se que dos 148 crimes de roubo na residência registado no ano de 2011 na cidade da Praia, 85% deste crime foi praticado por jovens com idade inferior aos 30 anos. Outro crime muito praticado por estes jovens é o roubo no estabelecimento com um peso de 84%.

Contudo, verifica-se que a situação criminal na cidade da Praia necessita de uma intervenção urgente e eficaz, não só com a finalidade de manter baixo o número de crimes cometidos, mas também com a finalidade de preservar a segurança pública dos cidadãos, sobre tudo no que diz respeito aos crimes de roubo na via pública e furto na residência, na camada juvenil.

Figura 4.3 - Total dos Crimes contra as Pessoas no ano de 2011 na cidade da Praia, cometidos por indivíduos com mais ou menos de 30 anos.



Fonte: Policia Nacional da cidade da Praia.

No que concerne aos crimes contra pessoas, verifica-se um destaque para os crimes de ameaça e ofensa corporal no ano de 2011. No que diz respeito ao peso dos crimes praticados por jovens com menos de 30 anos, nota-se um destaque para os crimes de homicídio, posse ilegal de arma de fogo e arma branca.

As zonas onde se registaram maior número de homicídios são, o bairro de Achada Santo António/Kelem, com um total de 9 casos, seguido a bairro de Ponta D'Água e Eugénio Lima com um total de 4 casos. Da análise dos dados das entrevistas e dos dados da polícia nacional, verifica-se que 19 dos casos de homicídios registados na cidade da Praia foram praticados por jovens com idade inferior aos 30 anos, o que corresponde a 58% do total dos homicídios praticados no ano de 2011.

Em matéria de combate aos crimes contra pessoas, tem-se feito um grande esforço na sua prevenção e diminuição, o que se pode notar em algumas situações nos dados apresentados. A principal preocupação da polícia nacional no combate a criminalidade está relacionada com a circulação e acesso das armas brancas e de fogo por parte dos jovens. Durante o ano de 2011 foram retiradas de circulação, um total de 712 armas, sendo 219 de fabrico convencional, 134 artesanais (*boca bedjo*) e 359 armas brancas. Segundo a polícia nacional, nos últimos anos o acesso a armas de fogo na cidade da Praia tem sido fácil, designadamente porque muitos dos jovens produzem as suas próprias armas (o chamado *boca bedjo*).

Segundo os dados das entrevistas relativas aos jovens em situação de conflito com a lei, com destaque para os que cometeram crimes contra pessoas, a maioria encontra-se excluída do sistema educativo, destituída de quaisquer suportes de mobilidade social. O estudo mostra que entre os inquiridos, jovens com idade compreendida entre os 16 e os 27 anos, 95% encontram-se fora do sistema educativo e cerca de 50% não passaram do ensino básico. Em algumas situações o nível de escolaridade pode influenciar muito no modo de vida dos jovens e nas suas aspirações.

De análise efectuada, verifica-se que os tipos de crimes mais cometidos pelos jovens com menos de 30 anos são: roubo na residência, roubo no estabelecimento, abuso de confiança, homicídio, posse ilegal de arma de fogo e posse ilegal de arma branca. Contudo, o combate e prevenção da criminalidade juvenil na cidade Praia têm que ser centralizado nestes tipos de crimes em destaque.

O estudo mostra que os jovens da cidade da Praia tem contribuído de forma significativa para a alta taxa de criminalidade no concelho da Praia, sobretudo os jovens com

menos de 30 anos. Ainda neste contexto, é importante mencionar que são jovens que na sua maioria estão fora do sistema educativo, descendente de famílias monoparentais e residentes em bairros degradados e desorganizados.

### *Causas da criminalidade na cidade da Praia*

No que respeita às causas da criminalidade na cidade da Praia, vamos encontrar abordagens distintas, designadamente na perspectiva da polícia nacional, dos entrevistados e de algumas figuras de renome desta cidade.

Segundo os dados da polícia nacional são estas as principais causas da delinquência/criminalidade na cidade da Praia: o desemprego com um lugar de destaque, seguido do consumo de drogas e a pobreza. Dá análise dos dados, verifica-se que o desemprego<sup>16</sup>, com 47% é considerado a principal causa da criminalidade e delinquência juvenil, seguido do consumo de drogas (principalmente álcool) com 36% e a pobreza com 32%. O desemprego é apontado como sendo a principal causa da criminalidade na cidade da Praia. É de referir que a faixa etária mais atingida pela questão do desemprego é a dos jovens (dos 15 aos 24 anos).

Contrariando os dados da polícia, o chefe de Estado de Cabo Verde José Maria Neves considera que a pobreza não é um argumento sustentado para a entrada dos jovens para o mundo do crime e/ou a prática da violência, frisando ainda que o combate a este fenómeno tem que ser com o envolvimento de todos, designadamente das autoridades, das famílias, das escolas, das igrejas e dos órgãos de comunicação<sup>17</sup>.

De opinião contraditória a este é o Bispo da diocese de Santiago D. Arlindo, na sua declaração ao jornal expresso das ilhas, apontou a pobreza como sendo uma das principais causas da delinquência juvenil na cidade da Praia, sendo que esta leva à criação de ambiente propício à violência. Mas também alerta que o uso exagerado do álcool e o consumo de substâncias estupefacientes são, também, factores que contribuem para a situação da violência que se vive um pouco por todo o país<sup>18</sup>.

Ainda neste contexto, tendo em conta os dados das entrevistas, são estas as principais causas da delinquência juvenil: desemprego, tráfico e consumo de drogas, famílias

---

<sup>16</sup> Para mais informação consultar o gráfico em anexo com a percentagem das causas da criminalidade juvenil na cidade da Praia (2011).

<sup>17</sup> Fonte: Jornal Expresso das Ilhas ([www.expressodasilhas.cv](http://www.expressodasilhas.cv), consultado no dia 22/6/2012).

<sup>18</sup> Fonte: Jornal Expresso das Ilhas ([www.expressodasilhas.cv](http://www.expressodasilhas.cv), consultado no dia 22/6/2012).



desestruturadas, elevado índice de construções clandestinas e falta de ocupação dos tempos livres dos jovens.

Assim como existem algumas contradições entre os dados recolhidos nas entrevistas e os dados fornecidos pela polícia nacional em relação à delinquência juvenil, também existem divergências de opiniões no que concerne às causas deste fenómeno na cidade da Praia. Não obstante, isto não impede que os diversos agentes intervenientes neste processo acabem por expressar a mesma opinião quando se trata de apontar a necessidade urgente de combater eficazmente o fenómeno.

## **2.1 TEORIAS EXPLICATIVAS E A CRIMINALIDADE NA CIDADE DA PRAIA**

Como foi já referido anteriormente, as teorias explicativas apresentam um leque elevado de explicações sobre as causas da delinquência juvenil. A finalidade deste ponto é colocar em prática estas teorias, fazendo uma comparação com o caso da cidade da Praia.

“Em Cabo Verde, a juventude foi desde os primeiros momentos da preparação para a ruptura com o Portugal colonial, considerada o pilar essencial sobre o qual se iria construir o Estado-nação, lembrando a célebre frase de Amílcar Cabral “as crianças são a razão da nossa revolução” (Lima, 2010, pp. 4). Segundo Lima (2010), se antes da independência nacional, a Igreja, especialmente a Católica, soube com alguma eficiência, controlar os jovens após a independência do país, com a declaração do Estado-nação e com o propósito de fortalecer os laços de identidade nacional, criaram-se organizações políticas juvenis tais como a OPAD-CV<sup>19</sup> e a JAAC-CV (Juventude Africana Amílcar Cabral – Cabo Verde) que em cooperação com a escola controlavam os jovens delinquentes.

Para além da convivência familiar, os jovens participavam num conjunto extensivo de actividades religiosas (catequese, reuniões dos jovens) e políticos, actividades estas que transmitiam atitudes e valores ético-morais que os pressionavam, embora de símbolo religioso e político facultavam-lhes vínculos sociais, que no fundo contribuía para a prevenção e combate da delinquência na época.

Neste contexto, utilizando a explicação da teoria do controle social, quando sustenta que a criminalidade surge sempre que as relações entre os indivíduos e as instituições (família, escola, igreja, etc.) se enfraquecem. Tendo em conta as causas da criminalidade inumerados pelos agentes intervenientes no trabalho, a sociedade cabo-verdiana tem vivido

---

<sup>19</sup> Organização dos Pioneiros do Abel Djassi – Cabo Verde.

momentos de enfraquecimento ou perda das ligações dos jovens com as instituições e isto favorece a prática dos actos ilícitos.

Como argumenta Sílvia e Cardoso (2008), as organizações familiares cabo-verdiana se encontram em crise, tanto a família como a escola têm perdido o seu papel central na orientação da geração mais jovem. Desta forma, na óptica de Sílvia e Cardoso (2008), as recentes ocorrências da violência juvenil, na cidade da Praia, podem ser compreendidas como uma nova forma de reivindicação social por parte de uma camada jovem da população, numa sociedade desigual onde o acesso aos recursos são limitados e controlados por uma minoria com objectivos de conservar o seu poder social e representativo.

A teoria da anomia explica que os actos criminais são praticados na medida que o cidadão não consegue atingir um *status* na sociedade e procura formas ilegais para alcançar determinada posição de relevo na sociedade. Nos bairros da cidade da Praia, verifica-se um número elevado de jovens desempregados e que acabam por optar pela prática de actos criminais para conseguir atingir os seus objectivos.

Os entrevistados consideram que os jovens rotulados como delinquentes são rejeitados, o que na sua maioria dificulta a inserção dos mesmos no mercado de trabalho. A teoria da anomia explica que é a própria sociedade que muitas vezes faz com que os jovens pratiquem actos criminais, devido a falta de oportunidades.

Dos 58 bairros existentes na cidade da Praia, mais do que 50% dos mesmos são desorganizados, com falta de urbanização e desagregação familiar, tudo isto vai de encontro a teoria da desorganização social, que os considera como motivos mais do que suficientes para a prática de actos criminais. Esta teoria ainda explica que os jovens provenientes das famílias desestruturadas estão mais aptos a prática desses actos, o que se pode constatar com os dados da entrevista. Das entrevistas realizadas 100% dos jovens delinquentes entrevistados pertenciam as famílias monoparentais e já tinham sido julgados por prática de algum tipo de crime.

Outra teoria muito utilizada para explicar o conceito da criminalidade é o da subcultura do delincente. Esta teoria argumenta que os actos criminais são praticados na sua maioria por jovens do sexo masculino. O que se constatou que na cidade na Praia a maioria dos crimes registados foram praticados por jovens do sexo masculino.

A questão da criminalidade na cidade da Praia começou a ganhar proporções preocupantes com o surgimento dos grupos de *Thugs* (jovens que se organizem em grupo para praticar actos criminais, com culturas e valores próprios), tudo isto para mostrar a veracidade

da teoria da subcultura delinquente, quando explica que os jovens delinquentes praticam os crimes em grupo e criam os seus próprios valores.

Conclui-se que as situações da criminalidade que ocorrem no concelho da Praia estão muito ligadas com as teorias explicativas da delinquência juvenil. Contudo, a melhor forma de combater a criminalidade é conhecer em primeiro lugar as explicações fornecidas pelas teorias. Com isto não quer dizer que os jovens não devem ser repreendidos quando praticam actos delinquentes, mais sim que se deve conhecer as causas para uma prevenção e combate eficaz da situação.

### **3. PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL**

Segundo as pesquisas efectuadas não foram encontrados nenhuma política pública transversal direccionada à prevenção da delinquência juvenil na cidade da Praia. Existem alguns programas isolados que visam o seu combate. Encontramos, um programa (*Bô ki ta disidi*) e uma medida (Medidas tutelares sócio-educativas). Enfim, são claramente vectores que contribuem à tentativa de prevenção da delinquência juvenil, muito embora, por motivos óbvios, não tem o condão de a suprimir por completo.

Contudo, nota-se a existência da consciencialização do grau de complexidade do fenómeno, mas falta ainda um estudo aprofundado para conhecer quais são as reais causas e uma política pública direccionada ao combate e prevenção do fenómeno. Devido a ausência de políticas públicas, vou enumerar os dois instrumentos direccionados ao combate da delinquência juvenil.

#### *Bô ki ta disidi*

O programa foi criado pelo Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, através da Direcção-Geral da Juventude, de caris social e tem como metas mobilizar as comunidades, aumentar o voluntariado juvenil, reduzir comportamentos de riscos e educar para a não-violência. Com a implementação deste programa o governo pretende melhorar a saúde global da comunidade juvenil, sobretudo dos jovens que abandonam o sistema educativo e preveni-los dos comportamentos anti-sociais.

*Bô ki ta disidi*<sup>20</sup> é um programa de informação, apoio e aconselhamento juvenil, desenvolvido a partir dos Centros de Juventude com o apoio dos Centros de Saúde e tem como objectivo: (i) promover a troca de informações sobre distintos temas de saúde, entre os

---

<sup>20</sup> Para mais informação consultar a página <http://bokitadisidi.blospot.pt/>.

quais a violência e orientação vocacional; (ii) mobilizar a comunidade juvenil para iniciativas de promoção da saúde, educação para a não-violência e desenvolvimento comunitário; (iii) prestar apoio e orientação em situações de crise juvenil; (iv) ser uma alternativa de ocupação dos tempos livres dos jovens, entre outros.

Pretende-se com este programa uma intervenção de mobilização comunitária de proximidade, de factores de riscos e protecção juvenil em Cabo Verde, cuja finalidade é a de prevenir comportamentos fora da lei que resultam e as principais causas de morbilidade associados à violência neste grupo etário: uso do tabaco, do álcool e de substâncias psicoactivas e comportamento sexual em risco. É desenvolvido em colaboração com Centros de Juventude e dos Centros de Saúde, Líderes locais e jovens voluntários que irão fazer Educação pelos Pares.

Contudo é um programa que procura manter a segurança nacional e desenvolver a capacidade dos jovens em conflito com a lei e direcciona-los para um mundo diferente do da delinquência.

#### *Medidas Tutelares Sócio-Educativas*

Ainda no contexto da prevenção e combate da delinquência juvenil foram também implementadas as medidas tutelares sócio-educativas, aprovados pelo decreto-legislativo nº 2/2006 de 27 de Novembro. A intervenção tutelar educativa não visa a punição, a mesma só deve ocorrer quando a necessidade de correcção da personalidade subsistir no momento da aplicação da medida.

As medidas tutelares sócio-educativas tem como finalidade a educação do menor para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade. Estas medidas só podem ser aplicadas a menor que seja agente de acto qualificado pela lei como crime e passível de medida tutelar por lei anterior ao momento da sua prática. Estas medidas estão divididas em: a admoestação; a reparação ao ofendido; a realização de tarefas a favor da comunidade; a imposição de regras de conduta; a imposição de obrigações; o internamento em centro sócio-educativo.

O decreto-legislativo será aplicado a menores com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos que sejam agentes de acto qualificado por lei como crime. A execução das medidas tutelares sócio-educativas pode prolongar-se até o jovem completar vinte e um anos, momento em que cessa obrigatoriamente.

A imposição de qualquer medida tutelar sócio-educativas tem por objectivo criar ou fortalecer condições para que o comportamento do menor se ajuste às normas e valores jurídicos essenciais da vida em sociedade, ou seja, fazer com que o jovem infractor melhore o seu comportamento social e desenvolve novos comportamentos que não coloquem em causa a sua convivência social nem a segurança nacional. A sua aplicação fica a cargo do tribunal ou do Juiz de família e menores da residência habitual do menor.

No decorrer do capítulo III deste trabalho, nota-se que em Cabo Verde à semelhança do que se verifica nos outros contextos societários, a percepção e o enfrentamento da problemática da conflitualidade dos jovens com a lei variam segundo os actores envolvidos, estando inextricavelmente ligados às suas experiências de vida, ao lugar que ocupam na estrutura social, às suas convicções e mundivisões. Com particular relevo para a cidade da Praia, verifica-se que a delinquência juvenil se tem aumentado com o decorrer do tempo, sobretudo os crimes contra pessoas, com a ocorrência de homicídios e confronto entre grupos juvenis rivais.

Este fenómeno tem colocado em causa a segurança pública dos residentes da cidade Praia. Trabalhar a delinquência juvenil em Cabo Verde, mas concretamente no concelho da Praia, não será algo fácil, visto que o fenómeno já encontra-se muito alastrado e também pela ausência de estudos nessa área. Porém o objectivo deste trabalho é contribuir para o desenho de um instrumento de prevenção da delinquência juvenil, articulando as ideias dos jovens e das instituições que participaram nas entrevistas.

Ainda neste contexto, nota-se que os jovens em conflito com a lei ou em condições de vulnerabilidade são, via de regra, vítimas de uma dinâmica de frustração e violência tanto familiar quanto social, o que muitas das vezes dificulta sua prevenção.

Partindo do pressuposto de que a prevenção da chamada delinquência juvenil é parte essencial da prevenção do delito na sociedade e de que, para ter êxito, tal medida requer, por parte de toda a sociedade, esforços que garantam um desenvolvimento harmónico dos adolescentes e que respeitem e promovam a sua personalidade a partir da primeira infância, o presente estudo está voltado para a compreensão de aportes e práticas sociais presentes na sociedade cabo-verdiana, designadamente as configuradoras da chamada delinquência juvenil, visando contribuir para o desenho de um instrumento de política pública direccionado a prevenção e educação para o direito desses jovens, o que será trabalhado no capítulo seguinte deste trabalho.



## **CAPÍTULO IV - CONTRIBUTO PARA O DESENHO DE UM INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL NA CIDADE DA PRAIA**

No caso da cidade da Praia a alta taxa da delinquência juvenil contribui, mais do que qualquer outro factor de risco, para a insegurança pública. Deste modo, a delinquência juvenil na cidade da Praia, começa a exigir das autoridades, e não só, respostas significativas tendo em vista a elaboração de modalidades de intervenção mais eficazes e adequadas que possam ir ao encontro da realidade da cidade da Praia.

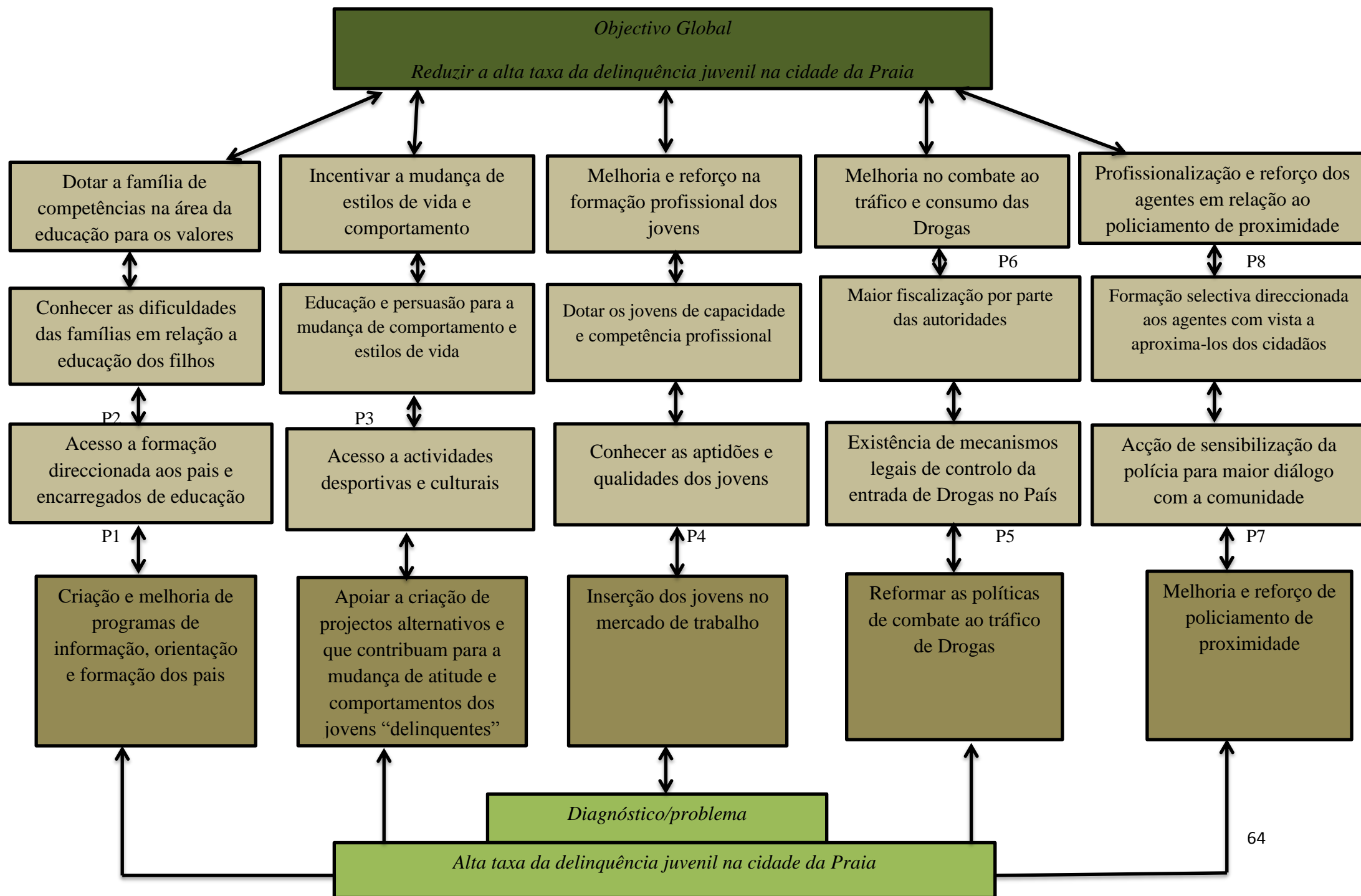
Apesar do objecto deste trabalho não ser directamente o desenho de políticas públicas nesta matéria específica, não se pode, particularmente neste domínio dos jovens em conflito com a lei, dissociar-se a prevenção da justiça juvenil. Neste contexto, o trabalho aqui exposto tem como finalidade ser um contributo para o desenho de um instrumento de política pública para a prevenção da delinquência juvenil.

### **1. DESENHO DO MODELO DA TEORIA DA MUDANÇA**

A aplicação da teoria da mudança neste trabalho é justificada por se tratar de um instrumento útil para a identificação de problemas sociais complexos e explicar como um grupo de actividades prévias pode criar condições para o reconhecimento de resultados de longo prazo (Anderson, 2004). É uma teoria que procura contribuir para dar resposta a uma necessidade e encontrar soluções para um problema, ambos identificados. Consubstancia-se na identificação de um objectivo de longo prazo, de pré-condições, iniciais, intermédias e finais e de diversas intervenções e a elaboração dos pressupostos.

É imprescindível para o desenho da teoria da mudança a identificação de algumas etapas. A 1ª etapa consistiu em identificar o problema ou seja a alta taxa de delinquência juvenil na cidade da Praia. A 2ª etapa consistiu em identificar os objectivos de Longo Prazo ou seja a diminuição da alta taxa de violência juvenil. A 3ª etapa consistiu em desenhar o caminho da mudança através da elaboração das pré-condições, definição das intervenções e identificação dos pressupostos

Figura 1.4 - Abordagem Estratégica (Teoria da Mudança).





A teoria da mudança identificada para o caso da cidade da Praia está suportado em cinco roteiros distintos. O primeiro centra-se nas questões das competências familiares. Sendo a família o pilar fundamental para o crescimento da criança, e, se realmente o objectivo é educar, há que proporcionar ajuda e apoios aos que dela necessitam e assumir responsabilidades, visto que uma pequena educação dos pais proporciona benefícios significativos, como a progressão das aprendizagens, desenvolvimento mental, afectivo, emocional e a forma de lidar com os problemas sociais e profissionais que surgem diariamente na sociedade. A elaboração desta intervenção consiste em criar e melhorar programas de informação, orientação e formação dos pais, no que concerne a educação dos filhos.

Reforçar as competências familiares implica promover comportamentos, práticas e habilidades que fortaleçam a sobrevivência, o desenvolvimento, a protecção e a efectiva participação dos jovens nas actividades do quotidiano. Contudo é neste contexto que se torna necessário dotar as famílias de competências na área da educação para os valores, o que seria de muita valia para a concretização do objectivo global.

Antes de habilitar as famílias no que concerne à educação dos filhos, tem que se conhecer primeiro quais são as suas dificuldades no que toca a este problema e proporcionar-lhes formação nesta área. Estes são os percursos necessários para a implementação da intervenção necessária nesta área, que neste caso concreto será a criação e melhoria de programas de informação, orientação e formação dos pais.

Sendo Cabo Verde um País de desenvolvimento médio parte-se do pressuposto que um dos problemas que podem surgir durante a implementação desta intervenção são questões de carácter financeiro-P1, ainda neste contexto existe a questão relacionada com a desmotivação dos participantes-P2.

O segundo pilar desta teoria da mudança está relacionada com o comportamento juvenil na sociedade Praiense. Diminuir a alta taxa da delinquência juvenil, implica também uma mudança de estilos de vida, uma vez que resulta predominantemente de factores comportamentais, fundamentais para que a mudança se opera. Com este pilar pretende-se educar para a mudança de comportamento e de estilos de vida (promover acções de formação e informação, com vista a dotar os jovens de capacidades psicológicas e para enfrentar os problemas sociais e familiares), promover e facilitar o acesso as actividades desportivas e culturais (os principais objectivos nesta área consistem em promover a prática de actividades desportivas junto da comunidade, apoiar o associativismo desportivo e cultural, coordenar e organizar actividades desportivas).

O desenho desta pré-condição parte do pressuposto que a prática do desporto e actividades culturais pode não ser um meio eficiente para a mudança de estilos de vida-P3.

O terceiro pilar está relacionado com as questões do desemprego no concelho da Praia. Segundo os dados apresentados anteriormente, nota-se que a questão do desemprego neste concelho é muito preocupante. Face a este elevado número de jovens em situação de desemprego, os cursos de Formação Profissional, contribuirá para a recuperação dos défices de qualificação profissional, destes públicos-alvo, através da aquisição de competências escolares, técnicas, sociais e relacionais, que lhes permitam ingressar num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. Estas formações, situadas ao nível das medidas estratégicas para potenciar as condições de empregabilidade e de transição para a vida activa, assumem-se como uma resposta prioritária para os jovens, enquanto promotora dos diferentes graus de escolaridade e qualificação profissional.

O objectivo desta intervenção é a inserção dos jovens no mercado de trabalho, depois de forma-los, partindo do pressuposto que as ofertas por parte das empresas serão positivas, sem exclusão social-P4.

O quarto pilar deste modelo está direccionada para o combate e controlo do tráfico de Drogas na cidade da Praia. O uso e tráfico indevido das drogas têm sido tratados, na actualidade, como questão de ordem internacional, objecto de mobilização organizada das nações em todo o mundo. Seus efeitos negativos afectam a estabilidade das estruturas, ameaçam valores políticos, económicos, humanos e culturais dos Estados e sociedades, contribuindo para o aumento da violência e criminalidade. Uma das principais causas da delinquência juvenil na cidade da Praia é o consumo de drogas. O acesso as Drogas pelos jovens na cidade da Praia tem sido fácil nos últimos anos, o que chama a atenção do Estado para uma melhor prevenção e combate dos mesmos. Partindo do pressuposto que as dificuldades que se tem enfrentado neste campo estão relacionadas com os tipos de políticas de fiscalização da circulação das Drogas no país (P5) e a inexistência de meios de combate eficazes (P6).

Por fim, terá que ser trabalhado o pilar relacionado com o policiamento comunitário. O policiamento de proximidade não é apenas uma prática de policiamento diferente ou alternativo, mas sim toda uma alteração do paradigma de actuação de uma organização na sua relação com o meio envolvente. Sendo um conceito já bastante desenvolvido tanto na Europa como nos Estados Unidos da América, foi recentemente implementado em Cabo Verde. De uma forma genérica, a finalidade aponta sempre no sentido de tentar reduzir a criminalidade,

a insegurança a ela associada e aumentar a satisfação da população relativamente aos serviços prestados pela polícia.

Este conceito baseia-se na ideia de que os agentes policiais e os cidadãos devem trabalhar em conjunto, de forma a encontrar soluções eficazes para a resolução dos problemas da comunidade, ou seja, defende que deve existir o envolvimento dos cidadãos no esforço de melhorar a qualidade de vida e a segurança nos bairros. A população da Praia, já tem uma visão formada dos agentes policiais (são visto como autoridades que usam a força como meio de combate da criminalidade), o que dificultará a compreensão e relacionamento entre estes dois agentes de mudança da sociedade (P7) e poderá também existir desmotivação por parte dos agentes-P8.

O conceito foi implementado em Cabo Verde, incluindo na cidade da Praia, mais os resultados ainda não são reveladores. Para os cidadãos do concelho em análise a polícia continua a ser vista como uma autoridade que usa a força repressiva para resolver os problemas sem respeito pela população, sobretudo pela camada juvenil. E é neste contexto que se destaca o desenho de uma pré-condição direccionada para a profissionalização e reforço dos agentes no que compete ao policiamento de proximidade. Para a concretização deste objectivo é necessário que exista uma ligação entre os caminhos a serem percorridos, como as acções de formação e sensibilização da polícia para maior diálogo com a comunidade e uma formação selectiva dos agentes polícias com vista a aproximá-los dos cidadãos.



## CONCLUSÃO

Como foi possível observar no princípio do primeiro capítulo deste trabalho, as reformas administrativas constituíram a principal força impulsionadora das reformas dos serviços públicos dos Estados modernos no que concerne à sua organização e gestão. Um dos principais aspectos para a modernização ou reforma administrativa é a questão da modernização dos serviços, tais como: simplificação administrativa (procurar um elo de ligação entre os procedimentos, a linguagem, acessibilidade e a qualidade dos serviços prestados pelo sector público), aumento da qualificação e da motivação dos agentes, informatização dos serviços; mudanças na estrutura do poder e na estrutura organizativa, a descentralização e a delegação dos poderes.

No quadro da reforma administrativa, o factor globalização foi uma das linhas de força do movimento dessas transformações. Sendo assim, o processo de alterações contínuas a que na actualidade se vê submetida a Administração Pública e o Estado, tem que ter cada vez mais capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade, desenvolvendo para tal, uma permanente interacção com o meio envolvente, de modo a atingir níveis de eficiência, eficácia e qualidade.

A abordagem tradicional da reforma administrativa parte do pressuposto de que a burocracia é o único modelo de organização da administração pública. A reforma é definida como um processo incremental que visa melhorar o funcionamento da administração, restringindo a sua intervenção ao modelo existente e à capacidade das organizações burocráticas para se auto-estruturar. Apesar das suas disfunções, o modelo burocrático das instituições públicas traduz a única garantia do Estado democrático poder a qualquer momento corrigir assimetrias, injustiças e insuficiências do próprio sistema democrático.

Alguns países vivem um momento de transformação no quadro do Estado providência, este assentava na conjugação de um mito (o da excelência e infabilidade do Estado) e de uma prática (o Estado tomar a cargo o desenvolvimento económico e social). Nota-se que o Estado tem apresentado algumas disfuncionalidades, parecendo não ser capaz de responder a todos os problemas e necessidades sociais.

No quadro das reformas administrativas e do Estado de Cabo Verde, nota-se que ainda muito falta reformar, sobre tudo no que concerne as políticas direccionadas para os jovens delinquentes. A questão da alta taxa de delinquência juvenil, na cidade da Praia pode ser vista com uma das várias disfuncionalidades do Estado perante as mudanças que ocorrem na

sociedade e a sua incapacidade de responder às necessidades dos cidadãos. Por isso, torna-se necessário uma intervenção rápida e eficaz.

Como foi referido no capítulo II, as teorias explicativas do fenómeno da delinquência juvenil são as bases fundamentais para a sua compreensão. Várias são as teorias utilizadas para explicar as causas que levam os jovens a cometerem actos ilícitos. A teoria da anomia explicada por Merton sustenta que os jovens praticam esses actos devido a divergência existente entre as metas culturais a atingir e os meios que a sociedade proporciona para o efeito. Outras argumentam que são as próprias culturas que encorajam os indivíduos/jovens a praticar actos delinquentes, como é o caso da teoria de associação diferencial. Essas subculturas caracterizam-se por terem desenvolvido um conjunto de normas delinquentes que transmitem aos seus membros.

Verifica-se que o crime ou a delinquência não são os únicos factos sociais a ser sancionados pela sociedade, existindo toda uma categoria de práticas como o alcoolismo, as doenças mentais, que também encerram em si um estigma social. Este novo quadro teórico denomina-se fenómeno da rotulação social ou mais concretamente a teoria da rotulagem. Contudo a teoria da subcultura delincente assegura que os grupos de jovens delinquentes surgem como resultado da estrutura das classes sociais. A conduta desses grupos seria um produto de soluções colectivas dos problemas de *status*, necessidades e frustrações que sofrem as classes baixas num mundo de valores e virtudes predominantes da classe média, como a ambição, a autoconfiança, o respeito à propriedade, oposição à violência, protelação de satisfações imediatas.

O modelo da desorganização social explica os crimes dos jovens, com base na nas estruturas e instituições sociais, mais acentuada nas classes populares. A génese da delinquência juvenil está relacionada a problemas de vinculação social do jovem à instituições como família, escola, igrejas, que teriam por função formar ou adaptar o indivíduo às normas sociais, como advoga a teoria do controle social.

Essas considerações levam a crer que quanto maior for o conhecimento sobre as origens da delinquência, mais complexos e diferenciados serão os modelos explicativos, especialmente porque as relações de complexidade se incrementam quando se inclui o nível individual na análise.

Na realidade estudada, a ausência de redes sociais de apoio ficou evidente na vida desses jovens, dificultando a implementação de estratégias de prevenção, como as que já vêm sendo implementadas em outros países. A actuação das instituições básicas, responsáveis pela

socialização, como a família, a escola e a instituição religiosa, passa por sérias crises no exercício de suas funções sociais, sobretudo no contexto juvenil da cidade da Praia.

A delinquência juvenil é um fenómeno que está agravado e é muito complexo em termos sociais, neste contexto exige uma abordagem holística de análise e intervenção, com tal não se pode restringir à intervenção clássica do Estado. Por esse motivo foi utilizado o modelo da teoria da mudança neste trabalho, que é uma abordagem que pode ajudar tanto o Estado como a comunidade em geral a criar em conjunto medidas que podem conduzir a mudança e resolução dos problemas sociais.

O trabalho pretende dar um contributo para a resolução do problema com base numa abordagem holística, recorrendo para tal a uma metodologia de planeamento participado que, através dos vários tipos de actores (e não somente dos pertencentes à Administração Pública), se desenhou os roteiros para a mudança. Estes roteiros terão como finalidade contribuir para a resolução do objectivo a longo prazo (reduzir a alta taxa de delinquência juvenil na cidade da Praia). O sucesso do modelo da teoria de mudança ocorre quando existe um consenso por todas as partes intervenientes no desenho do mesmo.

Como foi referido no último capítulo do trabalho, o modelo exposto encontra-se dividido em 5 pilares essenciais para a concretização do objectivo final, que são eles: a criação e melhoria de programas de informação, orientação e formação dos pais; o apoio à criação de projectos alternativos que contribuam para a mudança de atitude e comportamento dos jovens delinquentes; inserção dos jovens no mercado de trabalho; reforma das políticas de combate ao tráfico de Drogas e melhoria e reforço do policiamento de proximidade. São estes os pilares escolhidos através de um método conjunto para a resolução do problema em estudo.

Conclui-se que este trabalho é um ponto de partida destinado ao fornecimento de directrizes para o desenho de uma abordagem integrada num plano nacional de combate local da delinquência juvenil, que deveria ser apresentado de um modo operacional junto das principais instituições intervenientes (Associação Black Panthers, Centro de Juventude, Polícia Nacional, Acrides e Associação dos jovens de Achada Santo António, etc.).





## FONTES

Agenda da reforma do Estado de Cabo Verde (2009), disponível na página do governo de Cabo Verde ([www.gov.cv](http://www.gov.cv)).

Blogue *Bô ki ta disidi* (<http://bokitadisidi.blogspot.pt>), consultado no dia 26 de Junho de 2012).

Boletim Oficial da República de Cabo Verde, 1066, I série – Nº 34, Resolução de Ministros - 24 de Outubro de 2011.

Estudo sobre a relação da organização e a violência urbana em Cabo Verde (2011), disponível em ([www.gov.cv](http://www.gov.cv)), consultado em 20, 21, 24 de Maio de 2012).

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde ([www.ine.cv](http://www.ine.cv)), consultado no dia 21 e 22 de Junho de 2012).

Instituto Nacional de Estatística de Portugal ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)), consultado no dia 29 de Outubro de 2012.

Jornal Expresso das Ilhas ([www.expressodasilhas.cv](http://www.expressodasilhas.cv)), consultado no dia 22 e 23 de Junho de 2012).

Decreto-legislativo nº 2/2006 de 27 de Novembro.

Lei nº 39/VI/2004 de 2 de Fevereiro.

Polícia Nacional de Cabo Verde ([www.policianacional.cv](http://www.policianacional.cv)), consultado no dia 20, 21 e 22 de Maio de 2012).

## BIBLIOGRAFIA

Assis, Simone Gonçalves de e Edinilsa Ramos de Souza (1999), “Criando Caim e Abel -Pensando a prevenção da infracção juvenil”, *Revista de Ciência e Saúde Colectiva*, IV, (1), pp. 131-144.

Antunes, Eugénio (2007), “Os movimentos da reforma e a redefinição do papel do Estado”, in Juan Mozzicafreddo, João Salis Gomes e João S. Baptista (orgs), *Interesse Público, Estado e Administração*, Lisboa, Celta Editora.

Anderson, A.A. (2004), *The community builder's approach to Theory of change: a practical guide to Theory development*, New York, The aspen Institute.

Araújo, J. Filipe (2000), “Tendências recentes de abordagem à reforma administrativa”, *Revista da Associação Portuguesa de Administração e Políticas Públicas*, (1), pp. 38-46.

Beirne, Piers e James Messerschmidt (1999), *Criminology*, United States of America, Westview Press.

Becker, H. S. (1963), *Outsiders*, Nova York, Free Press.

Barcelos, Olinda (2009), “Valores Humanos e as teorias da criminalidade: ênfase na teoria económica do crime”, (Disponível em [mostreuevalor.org.br](http://mostreuevalor.org.br)- PNUD, Brasil).

Bell, Judith (1997), *Como Realizar um Projecto de Investigação*, Lisboa, Gradiva.

Carvalho, M. (2004), “Entre as malhas do desvio: Jovens, espaços e trajetórias e delinquências”, comunicação apresentada no VIII congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, *A questão social no novo milénio*, realizado no âmbito do Mestrado em sociologia, Universidade de Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro, Coimbra.

Cloward, Richard e Lloyd Olhin (1998), “Delinquency and Opportunity”, in Frank P. Williams III e Marilyn D. McShane (orgs.), *Criminology Theory: Selected classic Readings*, Second edition, New York Anderson Publishing Co.

Cloward, Richard e Lloyd Olhin (1960), *Delinquency and Opportunity: a Theory of the Gang*, Glencoe, III, Free Press.

- Cotta, Francis Albert (2005), “A crise da modernidade e a insegurança social”, *Revista de Humanidade*, 7, (14).
- Costa, J. e S. Soares (2002), *O Gang e a Escola*, Lisboa, Colibri.
- Cerqueira, Daniel e Waldir Lobão (2004), “Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos”, *Revista Scielo*, 47 (2).
- Cohen, Albert (1971), *Delinquent Boys: The culture of the Gang*, New York, University of Chicago Press.
- Carmo, H. e Ferreira, M. (1998), *Metodologia da Investigação*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Denhardt, Janet V. e Robert B. Denhardt (2003), *The Public Service: serving, not steering*, New York, M.E. Sharp.
- Dumbo, Maria Luzia N. (2012), *A Delinquência Juvenil em Luanda*, Porto, Edições Ecopy.
- Duarte, Vera Mónica (2010), “Delinquência juvenil feminina: teorias, olhares e silêncios”, *Revista Ousar Integrar*, (5).
- Emler, Nicolas e Stephen Reicher (1995), *Adolescence and Delinquency*, USA, Blackwell Publishers.
- Esping-Andersen, Gosta (1990), *The Three Worlds of welfare capitalism*, Cambridge: Polity Press
- Esping-Andersen, Gosta (2002), “Towards the good society, once again?”, in Gosta Esping-Andersen et al (orgs), *Why we need a new Welfare State*, Oxford, University Press.
- Foddy, William (1996), *Como Perguntar, Teoria e prática da construção de entrevistas e questionários*, Lisboa, Celta Editora.
- Ferreira, Pedro Moura (1997), “Delinquência juvenil, família e escolar”, *Revista de Análise Social*, XXXIII (143), pp. 913-924.
- Ferreira, Pedro Moura (2000), “Controlo e Identidade: A não conformidade durante a adolescência”, *Revista de Sociologia, Problemas e Práticas*, (33), pp. 55-85.
- Flora, Peter e Jens Alber (1984), “Modernization, Democratization and the development of Welfare States in Western Europe”, in Peter Flora e Arnold J. Heidenheimer (orgs), *The development of the Welfare State in Europe and America*, London, Transaction Publishers.
- Ferrera, Maurizio, Anton Hemerijck e Martin Rhodes (2000), *O futuro da Europa social: Repensar o trabalho e protecção social na nova economia*, Oeiras, Celta Editora, Capítulo 5.
- Guadalupe, Thiago de Carvalho (2007), *Violências nas Escolas: Testando Teorias de Controle Social*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- Giddens, Anthony (1997), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Glick, Leonard (1995), *Criminology*, United States of America, Allyn and Bacon.
- Gottfredson, M. e T. Hirschi (1990), *General Theory of crime*, Stanford, Stanford University Press.
- Gerth, H. H. e C. Wright Mills (1974), *Ensaio de sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, Capítulo VIII (228- 281).
- Harcourt Bernard E. e Jens Ludwig (2005), “Broken Windows: New evidence from New York City and a five- City Social Experiment”, *University of Chicago Law Review*, (73).
- Hirschi, Travis (1969), *Causes of delinquency*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- Laranjeira, Carlos António (2007), “A análise psicossocial do jovem delinquente: uma revisão da literatura”, *Revista da Psicologia em Estudo*, 12, (2).

- Lisboa, Ângela Maria Patrício (2008), *A Pobreza, um livre trânsito para a delinquência juvenil?*, Tese de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa, ISEG.
- Liberati, Wilson Donizeti (2008), “Teoria da subcultura delinquente: como surgem os gangues”, *Revista de Ciências Jurídicas*, 6 (1).
- Lima, Redy Wilson, (2010), “Thugs: vítimas e/ou agentes da violência?” *Revista de Direito e Cidadania*, (30), pp. 191-220.
- Merton, Robert K. (1968), *Social Theory and Social Structure*, United States of America, The Free Press.
- Merton, Robert K. (1996), *On Social Structures and Science*, United States of America, The University of Chicago Press.
- Matza, David (1964), *Delinquency e Drift*, New York, Transaction Publishers.
- Mozzicafreddo, Juan (2000), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal* (2ª edição), Oeiras, Celta Editora.
- Mozzicafreddo, Juan (2001a), “Modernização da administração pública e poder político” in Juan Mozzicafreddo e João Salis Gomes (orgs), *Administração e Política: perspectiva de reforma da administração na Europa e nos Estados Unidos*, Oeiras, Celta Editora.
- Mozzicafreddo, Juan (2001b), “Cidadania e Administração Pública em Portugal!”, in Juan Mozzicafreddo e João Salis Gomes, *Administração e Política: perspectiva de reforma da administração na Europa e nos Estados Unidos*, Oeiras, Celta Editora.
- Mozzicafreddo, Juan (2007), “Interesse público e funções do Estado: dinâmica conflitual da mudança”, in Juan Mozzicafreddo, João Salis Gomes e João S. Batista (orgs), *Interesse público, Estado e Administração*, Lisboa, Celta Editora.
- Mozzicafreddo, Juan (2010), “O Papel do Estado na Sociedade”, em António José Telo, António Martins da Cruz e António Victorino (orgs), *Pilares da Estratégia Nacional*, Lisboa, Edições Prefácio-Instituto da Defesa Nacional.
- Mozzicafreddo, Juan e Carla Gouveia (2011), “Contextos e etapas de reformas na administração pública em Portugal”, in Juan Mozzicafreddo e João Salis Gomes (orgs), *Projectos de Inovação na Gestão Pública*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Martins, Alberto (2001) “A reforma da administração pública”, in Juan Mozzicafreddo e João Salis Gomes (orgs), *Administração e Política: Perspectiva de reforma da administração na Europa e nos Estados Unidos*, Oeiras, Celta Editora.
- Nedel, Christian (2007), *Justiça Instantânea: uma análise dos mecanismos de integração operacional para o atendimento inicial de adolescentes em conflito com a lei*, Dissertação de Mestrado em Ciências Criminais, Porto Alegre, Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Negreiros, J. (2001), *Delinquências juvenis: Trajectórias, intervenções e prevenção*. Lisboa, Notícias Editorial.
- Oerter, Rolf e Eva Dreher (2002), “Adolescência” em Rolf Oerter e Leo Montada, *Psicologia do Desenvolvimento*, Alemanha, Weinheim: Beltz (pp. 258-318).
- OCDE (1995), *Governance in transition, public management reforms in OCDE Countries*, Paris.
- Peters, B. Guy (2001), “De mudança em mudança, padrões de reforma administrativa continua”, in Juan Mozzicafreddo e João Salis Gomes (orgs), *Administração e Política: perspectiva de reforma da administração pública na Europa e Estados Unidos*, Oeiras, Celta Editora.

- Pitschas, Rainer (2003), “Reformas da administração pública na União Europeia: porque necessitamos de mais ética no serviço público”, in Juan Mozzicafreddo, João Salis Gomes e João S. Batista (orgs), *Ética e Administração: como modernizar os serviços públicos?*, Oeiras, Celta Editora.
- Pitschas, Rainer (2007), “Gestão do valor público: um conceito de governação pública baseado no valor entre a economização e o bem comum”, em Juan Mozzicafreddo, João Salis Gomes e João S. Batista (orgs), *Interesse público, Estado e Administração*, Lisboa, Celta Editora.
- Rocha, Maria Helena (2011), *Trajectória do crime: Caminhos e Descaminhos de jovens infractores*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Humanas.
- Rocha, J.A. Oliveira (2001), Gestão pública e modernização administrativa, Oeiras, INA, Capítulo IV.
- Robert, Philippe (2005), *La Sociologie du Crime*, Paris, La Decouverte.
- Reis, Irina Salomé Alves Vilão dos (2007), A reinserção social dos jovens delinquentes. Realidade ou Utopia? Coimbra, Sem Editora.
- Rock, Paul (1997), “Sociological theories of crime”, in Mike Maguire, Rod Morgan e Robert Reiner (orgs), *The oxford Handbook of Criminology*, Oxford, Clarendon Press.
- Rosenbloom, David H. (2003), “Reflexões sobre as reformas administrativas federais nos EUA, 1993-2002”, in Juan Mozzicafreddo, João Salis Gomes e João S. Batista (orgs), *Ética e Administração: como modernizar os serviços públicos?*, Oeiras, Celta Editora
- Santiago, Rui A. (2001), *Metodologia de Investigação, Métodos qualitativos*, Lisboa, Universidade de Aveiro.
- Singer, Simon I. (1996), *Recriminalizing Delinquency: violent juvenile crime and juvenile justice reform*, New York, Cambridge University Press.
- Shoemaker, Donald J. (1990), *Theories of Delinquency, An examination of Explanations of Delinquent Behavior*, Inglaterra, Oxford University Press.
- Sutherland, Edwin H., Donald R. Cressey e David F. Luckenbill (1992), *Principles of Criminology*, Boston, Rowman and Littlefield Publishers Inc.
- Sutherland, Edwin H. (1939), *Principles of criminology*, Philadelphia, J.B. Lippincott.
- Shaw, Clifford e Henry Mckay (1942), *Juvenile delinquency in urban areas*, Chicago, University of Chicago Press.
- Sampson R. J. e W. B. Groves (1989), Community Structure and crime: testing social-disorganization theory, *American Journal of Sociology*, 31, pp. 774-802.
- Secchi, Leandro (2009), “Modelos organizacionais e reformas da administração pública”, *Revista da Administração pública*, (43), pp 347-369.
- Sílvia, Roque e Kátia Cardoso (2008), “Por que razões os jovens se mobilizam...ou não? Jovens e violência em Bissau e na Praia”, comunicação apresentada na 12ª Assembleia geral da CODESRIA - Governar o Espaço Publico Africano, 11 e 12 de Julho de 2008, Cameroun.
- Silva, Pedro Adão e (1997), “Estado-Providência: O modelo político do Estado”, *Revista Finisterra*, (24/25), pp. 37-57.
- Thacher, Davis (2004), Order Maintenance reconsidered: Moving Beyond strong casual reasoning, *The Journal of criminal Law and Criminology*, 94, pp. 381-414
- Tierney, John (1996), *Criminology: theory and context*, Reino Unido, Prentice Hall/Harvester Wheatsheaf.
- Viapiana, Luiz Tadeu (2006), *Economia do Crime*, Brasil, Editora AGE LTDA.

- Waner, B. D. e L. Pierce (1993), Reexamining social disorganization theory using calls to the police as measure of crime, *criminology*, 31, pp. 493-517.
- Wilson, James e George Kelling (1982), Broken Windows: The police and Neighborhood safety, *Atlantic Monthly*, pp. 1-10.
- Wright Richard A. e Edwin H. Sutherland (1995), in *encyclopedia of criminology*.

## **ANEXOS**

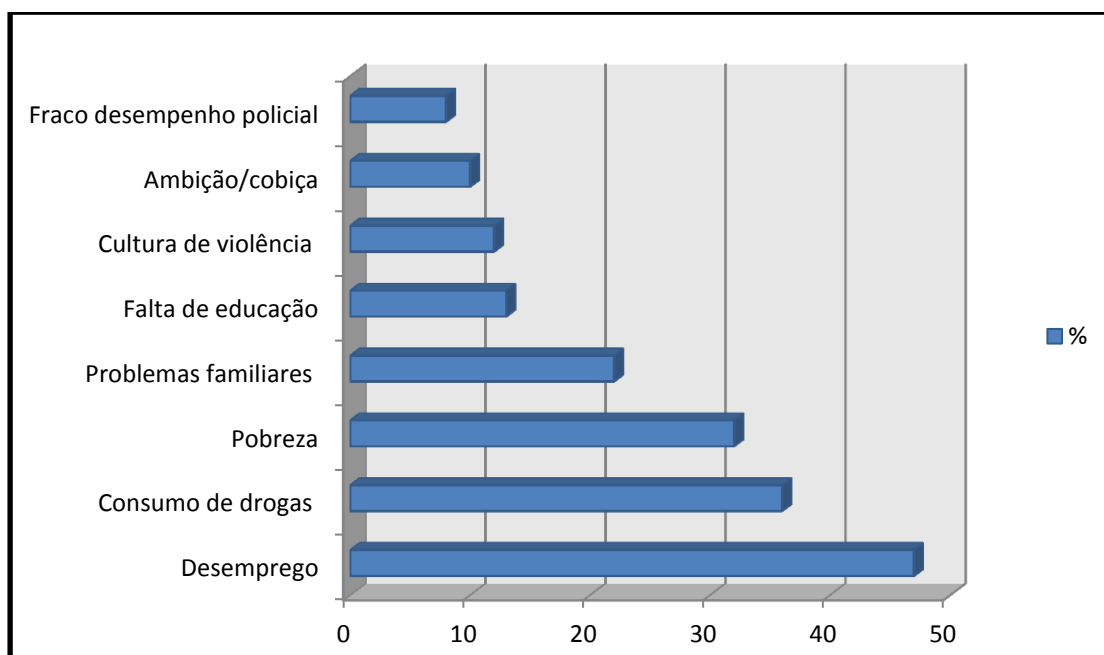
### **Anexo A – Dados Estatísticos**

Concelho da Praia/ Ano 2011	Localidades																					Criminalidade Juvenil																												
	Total Geral	Plato	Lem Ferreira	Paíol/Castelão	Achada Grande	Achadinha	Eugénio Lima	Vila nova	Safende	Fazenda	Sucupira	Calabaceira	Ponta D'Água	São Filipe	Lem Cachorro	Pensamento	A.S.A. Kelen	A.S.A. Meio	Terra Branca	Várzea	Palmarejo	Tira Chapéu	Menor 16		16-20		21-30		Total																					
Crimes contra Património																																																		
																							M	F	M	F	M	F																						
Incêndio	11	0	1	2	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	1	0	0	1	0	4	1	6																					
Abuso de confiança	163	3	0	12	5	12	16	6	6	6	4	3	11	5	0	6	23	5	2	10	9	19	0	0	13	0	68	11	92																					
Furto na via pública	146	4	4	16	5	3	6	4	3	4	0	3	4	21	2	7	23	1	3	5	19	9	2	0	9	1	37	9	58																					
Furto na residência	1309	7	9	52	43	138	89	46	55	30	1	54	84	55	33	35	154	17	69	70	120	148	7	1	78	12	206	97	401																					
Furto estabelecimento	247	21	7	3	16	15	4	6	6	34	17	3	10	3	1	2	35	3	11	15	19	16	0	0	27	1	47	8	83																					
Roubo na residência	148	3	2	7	4	9	12	5	9	3	0	6	6	5	6	4	15	7	9	6	10	20	0	1	21	5	79	20	126																					
Roubo na via pública	1234	55	5	65	36	68	47	58	50	120	41	49	67	38	22	21	131	24	85	47	88	117	4	0	147	0	310	13	474																					
Roubo estabelecimento	67	11	2	1	3	2	1	1	0	11	12	2	0	1	1	0	6	1	3	2	5	2	1	0	17	0	33	5	56																					
Burla	66	2	0	1	2	5	8	3	2	9	1	0	5	1	0	7	8	1	0	2	5	4	0	0	1	0	23	1	25																					
Dano	519	6	8	39	31	24	16	25	32	14	5	19	36	26	11	29	68	14	23	21	33	39	2	0	56	3	112	36	209																					
Introdução casa alheia	21	0	0	0	0	2	1	0	2	0	0	2	0	2	0	1	4	2	1	2	2	0	0	0	0	0	9	1	10																					
Uso de veículo	435	38	5	14	18	31	14	12	3	36	10	8	23	12	2	5	68	13	30	20	57	16	2	0	25	0	65	3	95																					
Outros crimes	4	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0	1	1	4																					
Total	4370	150	43	212	165	310	214	167	168	267	91	150	246	169	78	117	538	88	237	200	369	391	18	2	397	22	994	206	1639																					

Concelho da Praia/ Ano 2011	Localidades																				Criminalidade Juvenil								
Crimes contra Pessoas	Total Geral	Plato	Lem Ferreira	Paio/Castelão	Achada Grande	Achadinha	Eugénio Lima	Vila nova	Safende	Fazenda	Sucupira	Calabaceira	Ponta D`Agua	São Filipe	Lem Cachorro	Pensamento	A.S.A. Kelem	A.S.A. Meio	Terra Branca	Várzea	Palmarejo	Tira Chapéu	Menor 16		16-20		21-30		Total
																							M	F	M	F	M	F	
Homicídio	33	0	0	2	1	2	4	1	1	0	0	2	4	0	1	0	9	1	1	1	2	1	0	0	4	0	15	0	19
Homicídio negligente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Abuso sexual menor	4	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0	4
Agressão sexual	13	0	0	1	1	0	1	0	2	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	2	2	0	0	1	0	6	0	7
Sequestro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maus tratos a menor	6	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1	3
Maus tratos a mulher	191	2	0	8	15	14	6	5	12	1	0	12	18	15	2	12	12	3	8	8	22	16	0	0	0	0	51	0	51
Ameaça	1329	26	19	97	75	80	56	52	65	32	6	76	100	84	17	30	147	34	58	71	81	123	1	1	61	6	266	102	437
Exibicionismo	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	1
Motim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ofensa corporal	1041	18	12	59	62	52	77	46	49	22	8	51	51	44	19	23	120	32	41	58	101	96	4	0	59	9	243	69	384
Pose ilegal de arma de fogo	21	1	0	1	4	0	2	1	0	0	1	0	3	0	0	0	1	1	0	3	1	2	0	0	8	0	13	0	21
Pose ilegal de arma branca	9	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	1	0	2	1	0	0	1	0	1	0	2	0	6	0	9
Desobediência	13	0	0	0	2	1	1	2	2	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	9	0	10
Injúria	357	7	1	15	20	18	23	11	19	4	1	15	29	18	7	13	57	10	16	16	29	28	0	0	7	6	72	79	164
Briga	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	2
Tráfico de droga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Consumo de droga	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Outros crimes	12	0	1	1	0	1	2	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	3	0	4
Total	3034	54	33	186	181	169	176	119	152	63	16	157	206	163	48	79	351	84	125	158	242	272	6	2	146	22	689	252	1117



Causas da criminalidade na cidade da Praia no ano e 2011.



Fonte: Policia Nacional de Cabo Verde

## Anexo B - Guião de Entrevistas

### GUIÃO DA ENTREVISTA

#### Para Jovens

*No seguimento da realização do trabalho final do mestrado em Administração Pública, frequentado no ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), com o tema “Prevenção da Delinquência Juvenil em Cabo Verde /Contributo para o desenho de um instrumento de políticas”, serão realizadas algumas entrevistas.*

*Estas entrevistas têm como objectivo investigar as razões da elevada taxa de delinquência juvenil em Cabo Verde mais concretamente na cidade da Praia. A sua participação nesta entrevista é voluntária, mas de extrema importância. Suas respostas contribuirão para analisar a situação da delinquência juvenil no concelho, servindo de base para desenvolver programas de prevenção.*

*Serão incluídos nesta entrevista os jovens com idade compreendida entre os 16 e os 27 anos, que alguma vez já praticou um crime.*

*Esta entrevista tomará apenas 20 minutos. Suas respostas vão ser tratadas de forma absolutamente confidencial e anónima.*

#### 1. Sexo:

- Masculino\_\_\_\_\_
- Feminino\_\_\_\_\_

#### 2. Idade:

- Idade\_\_\_\_\_

#### 3. Qual é o bairro de sua residência permanente?

\_\_\_\_\_

#### 4. Estuda

- Sim\_\_\_\_\_
- Não\_\_\_\_\_

#### 4.1. Qual é o nível de ensino?

- Nenhum\_\_\_\_\_
- Pré-escolar\_\_\_\_\_
- Alfabetização\_\_\_\_\_

- EBI\_\_\_\_\_
- Secundário\_\_\_\_\_
- Curso médio\_\_\_\_\_
- Superior\_\_\_\_\_

5. Continua a estudar?

Sim----- Não-----

Se não, gostarias de dar continuidade os seus estudos?

---

6. Qual é a profissão dos seus pais?

---

7. Alguma vez já foste preso? Qual foi a razão?

---

8. Como que é a sua convivência com os seus pais e a sociedade?

---

9. Para si quais são as principais causas da criminalidade?

---

10. Trabalhas, se sim? Em que ramo? Desde quando?

---

12. Se pudesses voltar atrás, o que farias de diferente?

---

13. Já cometeu algum tipo de crime? Se sim identificar.

---

14. Como classificas a intervenção dos agentes policiaes, no seu Bairro?

---

15. O que é necessário fazer para deixares o mundo da delinquência?

---

16- Sentes falta de espaços de lazer no seu Bairro (espaços verdes, praça, etc.)?

---

17- No seu bairro houve alguma intervenção/melhoria das infra-estruturas, nestes últimos anos?

---

18. Participa ou já participou em algumas actividades desenvolvidas pelos grupos de associativos da sua comunidade?

---

19- Se pudesse, que proposta de melhoria faria para o seu bairro?

---

20- Indique, na sua opinião, três medidas que deveriam ser tomadas para diminuir os casos da delinquência juvenil, no seu bairro?

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

21. Na sua opinião, o que poderia ser feito no seu bairro para diminuir a violência/delinquência e o confronto entre grupos de jovens?

---

FIM da Entrevista

OBRIGADA PELA SUA COOPERAÇÃO NESTE TRABALHO

*Para Instituições*

*No seguimento da realização do trabalho final do mestrado em Administração Pública, frequentado no ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), com o tema “Prevenção da Delinquência Juvenil em Cabo Verde /Planeamento de um Instrumento de Política Públicas”, serão realizadas algumas entrevistas.*

*Estas entrevistas têm como objectivo investigar as razões da elevada taxa de criminalidade juvenil em Cabo Verde. A sua participação nesta entrevista é voluntária, mas de extrema importância. Suas respostas contribuirão para analisar a situação da violência juvenil em Cabo Verde, servindo de base para desenvolver programas de prevenção.*

*Para isso serão entrevistados profissionais que lidam diariamente com este fenómeno. Esta entrevista tomará apenas 15 minutos. Suas respostas vão ser tratadas de forma absolutamente confidencial e anónima.*

1. Instituição\_\_\_\_\_

2. Idade\_\_\_\_\_

3. Sexo\_\_\_\_\_

4. Tempo de Trabalho na instituição?

\_\_\_\_\_

5. Tipo de actividade desenvolvida para os jovens considerados delinquentes?

\_\_\_\_\_

6. Tipos de jovens que frequentam a instituição e se são frequentes?

\_\_\_\_\_

7. Na sua óptica o que contribuiu para o aumento da delinquência juvenil em Cabo verde?

\_\_\_\_\_

8. Como representante de uma instituição que procura o bem-estar social da sociedade em geral, concordo com a lei do ensino estabelecido pelo Estado?

\_\_\_\_\_

9. Qual é a sua opinião em relação a forma que os jovens são muitas vezes tratados pelos agentes da polícia?

---

10- O que será necessário fazer para persuadir os jovens à deixar o mundo da delinquência?

---

11- 6. Na sua opinião, o que poderia ser feito para diminuir a criminalidade e o confronto entre grupos de jovens?

---

12. Para si quais são as causas da criminalidade?

---

13. Na sua opinião, quem são os autores/responsáveis pelo aumento da criminalidade na sociedade cabo-verdiana?

---

14. Indique, na sua opinião, três medidas que os responsáveis políticos deveriam tomar para diminuir os casos de violência e criminalidade, na sociedade?

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

FIM da Entrevista

OBRIGADA PELA SUA COOPERAÇÃO NESTE TRABALHO



## Europass-Curriculum Vitae

### Informação pessoal

Apelido (s) / Nome (s) próprio (s)	<b>Pereira Tavares, Rutyneia</b>
Morada (s)	LG Ana de Castro Osório, nº15-10 esquerdo, Alfovelos, 2650-390 -Amadora
Telefone (s)	218000369
Telemóvel (s)	962488696
Correio (s) electrónico (s)	<a href="mailto:Ruty26geraldo@gmail.com">Ruty26geraldo@gmail.com</a>
Nacionalidade	Cabo-verdiana
Data de nascimento	09/10/1985
Sexo	Feminino

### Experiência profissional

Datas	<b>Julho de 2012</b>
Função ou cargo ocupado	Assistente
Principais actividades e responsabilidades	Atendimento telefónico
Nome e morada do empregador	Rhmais
Tipo de empresa ou sector	Call Center

Datas	<b>Junho de 2011</b>
Função ou cargo ocupado	Assistente
Principais actividades e responsabilidades	Back Office
Nome e morada do empregador	TMN/ Adecco
Tipo de empresa ou sector	Call Center

### **Formação académica e profissional**

Datas	<b>2004 / 2005</b>
Designação da qualificação atribuída	12º Ano de Escolaridade
Principais disciplinas/competências profissionais	Introdução á Economia, Português, Inglês, Química, Matemática, Filosofia
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Liceu Domingos Ramos (Cabo Verde)

Datas	<b>2008/2009</b>
Designação da qualificação atribuída	Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais
Principais disciplinas/competências	Teorias Políticas Contemporâneas, Inquéritos e Sondagens de Opinião, Política, Ética e Vida Quotidiana, Seminário e estágio, Psicologia Social
Nome e tipo da organização de ensino ou formação profissionais	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa



Datas	2010/2011
Designação da qualificação atribuída	Mestrado em Administração Pública
Principais disciplinas/competências profissionais	Finanças públicas e gestão orçamental, Métodos e técnicas de investigação em administração pública, Sistemas de administração pública comparada, Sistemas e tecnologias de informação
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
Auto-avaliação	
Nível europeu (*)	
Inglês	
Francês	
Aptidões e competências sociais	

Compreensão				Conversação				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral			
A2	Utilizador Básico	A2	Utilizador Básico	A2	Utilizador Básico	A2	Utilizador Básico	A2	Utilizador Básico
B1	Utilizador Básico	B1	Utilizador Básico	B1	Utilizador Básico	B1	Utilizador Básico	B1	Utilizador Básico

(\*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

Facilidade de relacionamento interpessoal; Espírito de equipa; Capacidade de comunicação;
---

Aptidões e competências de organização	<p>Capacidade de liderança;</p> <p>Sentido de organização;</p> <p>Capacidade da gestão do tempo (sempre conciliei os estudos, o trabalho e a vida pessoal)</p> <p>Espírito empreendedor, Sensibilidade Social e Criatividade, Pontualidade</p>
Aptidões e competências informáticas	<p>Informática na óptica do utilizador, Siebel e Sap RMCA, Osgas (Base de dados 10 e 60)</p>
Passatempo	<p>Ler, ouvir música, conferências etc.</p>
Carta de condução	<p>Categoria B-Ligeiro</p>

